

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**VULNERABILIDADE E INVISIBILIDADE: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES
NEGRAS NO MUNICÍPIO DE MATINHOS/PARANÁ**

MATINHOS

2010

MARIZA RAMOS DA SILVA

**VULNERABILIDADE E INVISIBILIDADE: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES
NEGRAS NO MUNICÍPIO DE MATINHOS/PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção de grau
do Curso de Serviço Social do Setor Litoral,
Universidade Federal do Paraná.
Orientadora: Prof^ª. Dra. Nadia T. Covolan
Co-orientador: Prof. Esp. Antonio Sandro
Schuartz

MATINHOS

2010

Para minha mãe Rosi minhas irmãs Maria e Rosa e aos meus irmãos Airton e Amilton. Os quais amo e sinto muito orgulho.

Agradecimentos

Incontáveis pessoas contribuíram para a realização deste trabalho. Assumindo o risco de cometer injustas omissões, quero assinalar algumas delas. Em primeiro lugar, registro um agradecimento especial a Prof^ª. Dra. Nadia T. Covolan, pensadora de rara qualidade e generosidade. Como orientadora do TCC, apresentou-se diligente e compreensiva e, principalmente, me fez enxergar várias coisas que inicialmente não percebi nos dados que trazia de campo (nunca, entretanto, limitou minha autonomia de ação). Ao Co-orientador: Prof. Esp. Antonio Sandro Schuartz pelas contribuições para realização deste trabalho, às professoras Mariana e Giselle que também fazem parte deste processo de aprendizagem, os meus agradecimentos.

Algumas pessoas ajudaram de forma decisiva.

Meu marido, Antonio da Silva que me incentivou nas horas mais difíceis, a minha filha Lauriza que por várias vezes compreendeu minha ausência ajudando no que podia, a Antonio Joaquim da Silva Netto que me auxiliou com os gráficos.

Minha amiga Josiane Medeiros que contribui com referências bibliográficas e trocas de idéias sobre o tema Racismo. Ao Prof^º. Marcos Silveira do NEAB & NAPA da UFPR que graciosamente forneceu-me bibliografia para o trabalho.

Por fim, quero lembrar Janaina, funcionária responsável pelos dados do PBF de Matinhos PR, que me atendeu gentilmente todas as vezes que precisei.

SUMÁRIO

<u>LISTA DE SIGLAS.....</u>	<u>vi</u>
<u>1 INTRODUÇÃO.....</u>	<u>1</u>
<u>1.2.1 PBF: POLÍTICA PÚBLICA PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA.....</u>	<u>6</u>
<u>1.3. OBJETIVOS</u>	<u>8</u>
<u>1.4.1 As Entrevistas.....</u>	<u>10</u>
<u>2 MULHERES NEGRAS, LUTA POR DIREITOS E CIDADANIA.....</u>	<u>11</u>
<u>2.1 O RACISMO NA CIÊNCIA.....</u>	<u>14</u>
<u>2.2 “O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL”.....</u>	<u>17</u>
<u>2.3 OS MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS.....</u>	<u>18</u>
<u>2.4 MULHERES NEGRAS E TRABALHO.....</u>	<u>20</u>
<u>2.5 MULHERES NEGRAS/EDUCAÇÃO ESCOLAR.....</u>	<u>24</u>
<u>2.6 MULHERES NEGRAS/ SAÚDE.....</u>	<u>25</u>
<u>3 MULHERES NEGRAS USÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MATINHOS/PARANÁ: COTEJANDO DADOS, LITERATURA E FALAS.....</u>	<u>28</u>
<u>3.1 MULHERES NEGRAS DO PBF DE MATINHOS E ESCOLARIDADE</u>	<u>29</u>
<u>3.2 MULHERES NEGRAS DO PBF NO MERCADO DE TRABALHO.....</u>	<u>31</u>
<u>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>41</u>
<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>43</u>

LISTA DE SIGLAS

CADÚNICO – Cadastro Único
CEPAL - Comissão econômica para a América Latina
DIEESE - Departamento Intersindical De Estatística E Estudos Socioeconômicos
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPARDES - Instituto de Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PBF - Programa Bolsa Família
PCRI - Programa de Combate ao Racismo Institucional
PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
PR - Paraná
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
SINASC - Sistema de Informações de Nascidos Vivos
SIM – Sistema Nacional de Informação sobre Mortalidade
UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UFPR - Universidade Federal do Paraná

RESUMO

Este é um trabalho quanti/qualitativo que investiga o “ser mulher e negra” em Matinhos / PR. Nosso objetivo é refletir e discutir sobre a discriminação e o preconceito de cor que incidem sobre as mulheres negras e pobres do município, relacionando o grau de escolaridade, conjugalidade, renda, faixa etária e situação no mercado de trabalho. Para tanto, cotejamos a literatura selecionada sobre o tema com os dados sobre as usuárias negras do PBF (Programa Bolsa Família) no período de 2002 a 2009 e as vozes colhidas em três entrevistas realizadas. Argumentamos sobre os limites das políticas públicas vigentes e dos dados do CadÚnico. Propomos alterações de registros e afirmamos que a temática de gênero e negritude se encontra mascarada pelo discurso da democracia racial brasileira, pelo que seu estudo deve ser aprofundado e debatido, especialmente no curso de Serviço Social, profissão que têm como objeto a questão social em suas várias expressões, para que tenhamos uma atuação condizente com a realidade brasileira. Nesse contexto, consideramos comprovada nossa hipótese, de que as mulheres negras e pobres de Matinhos são vulneráveis e invisíveis social e politicamente.

Palavras chaves: mulheres negras, racismo, invisibilidade, vulnerabilidade

1 INTRODUÇÃO

A fonte primeira de toda iniquidade foi a apropriação de poder, que teve três formas originais: a apropriação privada da riqueza que deu origem às classes sociais, a apropriação patriarcal de poder e a apropriação de poder por parte de grupos étnicos historicamente situados em vantagem estratégica¹ (BREILH, Jaime 1991, p. 20).

Apesar do progresso na redução das desigualdades de gênero ainda permanecem substanciais diferenças entre os sexos, agravadas pela questão racial, fazendo com que a pobreza brasileira tenha um rosto feminino negro² (MELO, Hildete 2005, p. 9).

Os grupos e movimentos de mulheres negras vêm discutindo a condição de ser mulher e negra no Brasil, denunciando o preconceito e a discriminação que persistem na sociedade de uma forma velada, e que tem como consequência a exclusão ao acesso aos bens socialmente produzidos, na saúde, na educação, na moradia, no trabalho, enfim, em variadas dimensões da vida. É um consenso, na literatura relacionada, que a exclusão afeta mais as mulheres negras. Assim, neste trabalho, optamos por seguir nessa linha de pesquisa, por sermos desse segmento da sociedade - mulher e negra. Entendemos que os direitos que usufruímos hoje são resultado de um processo histórico de luta contra os preconceitos e a discriminação e que ainda há muito a fazer, a conquistar.

Para o curso de graduação em Serviço Social, no qual estamos nos formando, essa escolha é especialmente pertinente, porque esta profissão tem contato freqüente com mulheres negras e pobres – cujas especificidades em suas necessidades podem ficar invisíveis, corroborando, no limite, opressão de cor.

Desenvolvemos este trabalho na cidade de Matinhos, litoral do Paraná, situada a cem quilômetros de Curitiba, a Capital. É uma cidade caracterizada pela sazonalidade, onde, em meses de temporada – dezembro, janeiro e fevereiro – a população triplica em função dos veranistas que chegam para passar as férias. No resto do ano, a população é carente de fonte de renda, pois a cidade praticamente vive da renda angariada no verão. Outrossim, é também carente de recursos públicos e privados para atendimento de necessidades básicas.

A cidade, segundo dados do IPARDES (2009), contava em 2008 com 21.642 eleitores *, porém, não encontramos relacionados nesses dados o quesito raça/etnia ou cor, que a nosso ver, são registros cruciais quando nos perguntamos sobre a inclusão cidadã das mulheres negras.³

¹ BREILH, Jaime. **Epidemiologia: economia, política e saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991, p. 20

² MELO, Hildete. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Santiago/Chile: CEPAL - SERIE Mujer y desarrollo, 2005.

³* O IPARDES (2009) referencia dados do IBGE, constando que a população de Matinhos estimada para 2009 é de 23.925 mil habitantes. Porém, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) divulgou que o número de eleitores em

1.1 JUSTIFICATIVA

Oficialmente, o escravismo no Brasil durou 388 anos e a abolição do escravismo tem só 120 anos, porém, ainda hoje, continuam acontecendo iniquidades com os negros e especialmente, com as negras, que estão incluídas num especial recorte de gênero/etnia (Nilma Bentes, 2009).

Segundo Hildete Melo (2005) em pesquisas realizadas com dados do IBGE e do IPARDES, as mulheres negras estão na base da pirâmide econômica e social.⁴

As trabalhadoras brasileiras concentram-se nas atividades do setor serviço; 80% delas estão ocupadas como professoras, serviços de saúde comerciarias, cabeleireiras, manicures, funcionárias públicas, mas o contingente feminino mais importante está concentrado no serviço doméstico remunerado, primeira ocupação das mulheres brasileiras. São negras cerca de 56% das domésticas e ainda usufruem os menores rendimentos da sociedade⁵ (MELO, Hildete 2005, p. 18-19).

Ainda destacando mulheres negras, consta nos dados do ano 2003 do Programa Igualdade de Gênero e Raça da UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações unidas para a Mulher) e do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) *, o seguinte:

Hoje, no Brasil, 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e apenas 23% delas têm Carteira de Trabalho assinada – contra 12,5% das mulheres brancas que são empregadas domésticas, sendo que 30% delas têm registro em Carteira de Trabalho. Outro dado preocupante é que 46,27% das mulheres negras nunca passaram por um exame clínico de mama – contra 28,73% de mulheres brancas que também nunca passaram pelo exame. Tanto mulheres negras quanto brancas que estão no mercado de trabalho têm escolaridade maior que a dos homens. Porém, isso não se reflete nos salários. A renda média mensal das mulheres negras no Brasil, segundo a última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, do IBGE (PNAD 2003), é de R\$ 279,70 – contra R\$ 554,60 para mulheres brancas, R\$ 428,30 para homens negros e R\$ 931,10 para homens brancos. (IBGE, 2003).

Diante desses dados acima, corroboramos o pensamento de Paulo Paim, quando se refere ao preconceito de cor:

É engraçado como um silêncio gritante se fez presente nesses 119 anos. Tem gente que não gosta desse assunto. Tem gente que não quer que falemos que ainda há muita discriminação, que há muito preconceito. Sem dúvida nós avançamos, mas algo está errado. A maioria do nosso povo negro permanece morando nas favelas, trabalhando

2008 foi de 21.642 pessoas. Portanto não temos o número exato da população de Matinhos PR hoje.

IPARDES Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Perfil dos Municípios. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php? Acessado em 19/02/2010

⁴ MELO, Hildete op. Cit.

⁵ MELO, Hildete op. Cit.

nas casas como domésticos, fora das universidades, do Parlamento, do Executivo, e dos primeiros escalões das áreas pública e privada, a não ser com raras exceções. É esse preconceito velado que queremos eliminar. (PAIM, Paulo, 2007) ⁶

Dessa forma, a exclusão social da maioria da população tem uma interface cruel de gênero e raça, perguntamos, neste trabalho, o que é ser negra, mulher e pobre, em nosso município, Matinhos/Paraná, hoje? Até que ponto a mulher negra e pobre é visível? Sua (in)visibilidade não naturalizaria questões racistas? Assim, confrontando textos e vivências, partimos da hipótese, de que **as mulheres negras e pobres em Matinhos são invisíveis social e politicamente e, vulneráveis.**

Nesse contexto, entendemos que pessoas vulneráveis são as que, por suas condições sociais étnicas culturais, políticas, econômicas, educacionais e de saúde, tem as diferenças estabelecidas entre elas e as sociedades, transformadas em desigualdades. Desigualdades e diferenças são, portanto, duas categorias separadas pelo acesso ou não ao poder social com Maria Guimarães e Silvia Novaes (1999, p-8); também aqui lembramos que o ‘desinteresse pelas coisas que dizem respeito ao negro é o que chamamos invisibilidade’ (SANTOS, Hélio, 2010). ⁷

As mulheres negras constituem um segmento social que junta duas condições passíveis de vulnerabilidade, que é ser mulher e ser negra. Nesse sentido passamos a definir os termos e categorias com os quais trabalharemos nosso tema, que vem a ser, principalmente: gênero, raça, cor, etnia, preconceito, racismo.

1.2 GÊNERO RAÇA COR: TERMOS POLISSÊMICOS

Compreendemos que gênero é uma categoria de análise histórica e social fundamental para analisarmos as relações de poder na sociedade estabelecidas pelas diferenças entre homens e mulheres. Essa categoria nos permite compreender as condições históricas que estão postas antes das pessoas nascerem, sejam homens ou mulheres, e que condicionam suas ações e consciências. Assim, definimos gênero como:

⁶* Fundo de desenvolvimento das nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) foi criado em 1976, como respostas às demandas das organizações de mulheres presentes na primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher que aconteceu na cidade do México em 1975.

PAIM, Paulo **Lei Áurea uma abolição não concluída 2007**. Disponível em:
< <http://www.senado.gov.br/paulopaim/pages/imprensa/artigos/2007/13052007.htm>>. Acesso em 13.04.2010

⁷ SANTOS, Hélio disponível no site http://www.criola.org.br/dados_gerais.htm Acessado 02.03.2010

Uma forma particular de posicionamento social dos corpos vividos em relação uns aos outros, dentro de instituições e processos históricos específicos que tem efeitos materiais na ação e reprodução de relações de poder e privilégio entre si. (YOUNG, Iris Marion, 2003).⁸

Estudar as relações entre os gêneros que sempre são permeadas pela questão do poder e dos poderes, tem peculiaridades importantes especialmente quando vinculamos gênero/raça/etnia; isso significa abordar a subordinação racial que confina as pessoas a certas categorias, lugares e posições, forçando a luta por políticas de cidadania na sociedade civil ou nas esferas privadas.

Nesse trabalho, selecionamos as mulheres negras usuárias do Programa Bolsa Família (PBF), que é também uma política pública operacionalizada pela prefeitura de Matinhos, instituição também pública. Como as políticas públicas dessa abrangência são novidades, ainda, para as instituições, consideramos importante abordar os aportes do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI)⁹ e a sua definição:

“O racismo Institucional é o fracasso das instituições em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, os quais são resultantes da ignorância, falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações”.¹⁰

A mesma publicação, a respeito do preconceito de cor, afirma que:

“Os preconceitos que subjazem o imaginário social expressam, mesmo inconscientemente, o desejo de dominação de uns sobre os outros, a dominação é à base do preconceito: ou seja, não há preconceito que na seja preparado pela dominação e não há dominação sem geração de preconceito. (2006, 28).¹¹

Nessa esteira, Luiza Bairros aborda o termo racismo, como sendo:

a ideologia em estado puro porque engloba todas as relações, esta dentro delas. O racismo informa e possibilita desenvolver o preconceito e praticar a discriminação. É uma ideologia de extermínio do outro, possível porque há grupos que se supõem superiores (Bairros, 2010).¹²

⁸ YOUNG, Iris Marion. **Corpo vivido vs. Gênero: Reflexões sobre a estrutura social e subjetividade**. *Labrys, Estudos Feministas*, n.3, jan./jul. 2003.

⁹ AMMA Psique e Negritude (SP) e Articulação Nacional de Combate ao Racismo Institucional: **Identificação E Abordagem Do Racismo Institucional**. São Paulo: Articulação para o Combate ao Racismo Institucional, 2006. 145 p.

¹⁰ AMMA Psique e Negritude (SP) **Identificação e abordagem do racismo Institucional**. op. cit.

¹¹ AMMA Psique e Negritude (SP) **Identificação e abordagem do racismo Institucional**. op. cit.

¹² BAIRROS, Luiza. **Racismo nas instituições** Disponível em <http://www.unifem.org.br..pdf> acesso 16/02/2010

Ainda Norbert Bobbio (2002), define essa categoria importante, o preconceito, como sendo:

uma opinião ou um conjunto de opiniões, às vezes até mesmo uma doutrina completa, que é acolhida acriticamente e passivamente pela tradição, pelo costume ou por uma autoridade de quem aceitamos as ordens sem discussão: “acriticamente” e “passivamente”, na medida em que a aceitamos sem verificá-la, por inércia, respeito ou temor, e a aceitamos com tanta força que resiste a qualquer refutação racional, vale dizer, a qualquer refutação feita com base em argumentos racionais (BOBBIO, Norberto, 2002, p. 103).¹³

Isso posto, nos remetemos as difíceis categorias da etnia, da cor, da raça, sem intenção de aprofunda-las, mas para elucidar termos pertinentes que enfrentamos para discutir as mulheres negras e pobres usuárias do bolsa família de Matinhos/Pr.

Para as Ciências Sociais, em especial a Antropologia, a noção de Etnia ou grupo étnico emerge após a segunda guerra mundial, em contrapartida ‘a noção biológica de raça. Etnia ou grupo étnico é um grupo social cujos membros consideram ter uma origem ou uma cultura comuns, e, portanto, uma identidade marcada por traços distintos. Para Dora Porto (2008 p. 25) o conceito de etnia refere-se “a construção da identidade individual e coletiva e a noção de pertencimento a determinado grupo ou população”.¹⁴

A cor, outro termo polemico, tem uma historia importante. Segundo Renísia Cristina Garcia (2007, 29) o ex-escravo, o recém-liberto, era tratado como preto ou negro, e pardo era o termo dispensado ao negro nascido livre. No período da escravidão somente os homens livres eram considerados cidadãos e podiam usufruir dos direitos previstos na lei. Na década de 1890, para usufruir os poucos direitos os negros nascidos libertos se intitulava pardos, na intenção de arrancar de si “a marca do cativo” e promover certa “aproximação” com brancos. Inclusive, nessa época, diminuem os registros de nascimento e de óbito de crianças negras, correspondendo a um crescente aumento das crianças pardas, permanecendo inalterada a presença proporcional dos brancos.¹⁵

Para Joaze Bernardino (2002, p. 255)¹⁶ desconsidera o quesito cor por entender que cor remete à raça. Nas palavras dele várias denominações foram criadas para diferenciar aqueles que são negros e aqueles não se identificam com a negritude.

¹³ BOBBIO, Norberto. **Elogio a Serenidade e outros escritos morais**. São Paulo: editora UNESP, 2002.

¹⁴ PORTO, Dora. **O diálogo da Bioética: minorias étnicas**. Revista brasileira de bioética, volume 4, número 1-2. 2008 pag. 24 – 34

¹⁵ GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 111p. Acesso site <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3DA73BE7-2211-425A-8F41-3055A307F120%7D.pdf> Acessado 7/12/2009

¹⁶ BERNARDINO, Joaze. **Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial**. Estudos Afro-asiáticos, ano24, nº 2, 2002, PP. 247-273

De acordo com Fernanda Lopes e Jurema Werneck (2008) nos informam sobre quando os critérios raça/cor foram incorporados pelo IBGE:

Em 1995, negros e negras apresentam uma série de demandas ao governo federal por ocasião da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida. Em resposta a algumas destas demandas, em 1996 o quesito cor é incluído nas declarações de nascidos vivos e de óbito e passa a constar nos sistemas nacionais de informação sobre mortalidade (SIM) e nascidos vivos (SINASC). Também foi uma conquista importante a introdução do quesito cor nos dados de identificação dos sujeitos das pesquisas (resolução nº. 196/96, que versa sobre as Normas de Ética em Pesquisas envolvendo Seres Humanos).¹⁷

Existem outras variadas discussões sobre essas categorias, que dado a natureza desse trabalho, não pretendemos aprofundar. Reportamos-nos a Nádía Covolan (2006)¹⁸, quando argumenta que a humanidade é uma espécie sem raças. A autora refere que o termo raça foi positivado quando incorporado a um documento das Nações Unidas produzido pelas mulheres negras de 16 países da América Latina para a Conferência de Beijing, e que possibilita, enquanto termo político, discussões sobre desigualdades. Portanto, é assim que utilizamos o termo raça nesse trabalho, ou seja, como termo e postura política capaz de fazer aparecer na cena cidadã, essa parcela da sociedade sobre a qual incide discriminações, preconceitos, racismo, que vem a ser mulher negra.

1.2.1 PBF: POLÍTICA PÚBLICA PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA

A partir da Constituição de 1988 o país inicia um processo de democratização, onde vários segmentos da sociedade se articulam reivindicando seus direitos legais, culminando na promulgação da constituição do país. Elaboram-se a partir daí vários programas, Políticas Públicas, visando atender as demandas sociais na educação, na saúde, no meio ambiente e outras áreas.

Segundo o Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (Brasil, 2008), a partir da constituição de 1988, os municípios brasileiros passam a ser co-participantes no combate a pobreza do país junto ao governo federal. Esse pacto entre o governo Federal e os municípios surge na intenção consolidar e ampliar

¹⁷ Fernanda Lopes e Jurema Werneck. **Saúde da População Negra: Da conceituação às políticas públicas de direito In:** Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil. Werneck, Jurema (Org.) Disponível em <http://www.criola.org.br/publicacoes.htm>. Acessado em: 20/09/2008

¹⁸ COVOLAN, Nádía **Gênero/raça: tópicos para uma reflexão da bioética**. Revista tecnologia e sociedade. Periódico Técnico - Científico do Programa de pós-graduação em Tecnologia da UTFPR. Curitiba – n. 2 – 1º sem. De 2006 pag. 187 a 194

parcerias, maximizando o impacto dos recursos investidos nas políticas sociais. As Políticas Sociais, por sua vez, tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico, social e cultural, abrir possibilidades de trabalho, entre outras. Segundo a mesma publicação, essas ações englobam três políticas públicas, a saber, o Bolsa Família, a Assistência Social e a Segurança Alimentar, ações que combinadas visam enfrentar a fome e a exclusão social.

O Fome Zero tem como principal política o Bolsa Família e se desdobra nas ações de segurança alimentar e nutricional, e a Assistência Social tem programas complementares estruturantes com ações emergenciais e educação cidadã. Conforme o site oficial o Bolsa Família é um programa de transferência de renda direta com saque a cada mês através do cartão magnético na Caixa Econômica Federal. Com centralidade na família, juntou num só Programa o Auxílio Gás, o Bolsa Escola, O Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação (Brasil, 2008)¹⁹. Para entrar no programa a pessoa necessita preencher um cadastro (CadÚnico) com todas as informações necessárias, porém, nem todos os cadastrados recebem o benefício. Quem cadastra as famílias são as prefeituras e é nesse contexto que vamos encontrar o público da nossa pesquisa, as mulheres negras inscritas no programa Bolsa Família de Matinhos. Como já registramos acima, a integração das políticas Bolsa Família, Assistência Social e Segurança Alimentar estão centradas na família. aqui compreendida na diversidade dos arranjos familiares, com membros que se acham unidos ou não por laços consangüíneos. (Mioto, Regina Célia Tamaso, 1997, p. 120) ²⁰.

1.2.2 SERVIÇO SOCIAL APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE BRASILEIRA

“a questão social brasileira tem suas raízes ancoradas no regime escravista” (Ivone Maria Ferreira da Silva, 2008).

O Serviço Social emergiu como profissão no Brasil em 1930, tendo na “questão social” a base de sua fundação como especialização do trabalho, conforme afirma Marilda Villela Yamamoto (2001, p. 27).

A questão social “expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da

¹⁹ BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) disponível no site: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/> acessado 25/02/2010

²⁰ MIOTO, Regina Célia Tamiso. **Família E Serviço Social Contribuições Para O Debate** In: Serviço Social e Sociedade Ano XVIII – nº 55. SP ed. Cortez, novembro de 1997 p. 115-129

sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, Marilda Villela 2009, p.17) ²¹

Concordamos com Ivone Maria Ferreira da Silva (2008, p. 27-28) que devemos pensar a questão social brasileira evitando os parâmetros europeus, ou seja, os determinantes socioestruturais pode ser os mesmo, mas no nosso contexto a questão social tem outra dinâmica, pois “a questão social brasileira tem suas raízes ancoradas no regime escravista”. ²²

Para Marilda Vilella Iamamoto (2001, p. 58-59) uma das respostas de enfrentamento da questão social são as políticas sociais publicas e a questão social explica a necessidade das políticas sociais, porém, as políticas sociais, por si, não explicam a questão social. ²³

Nesse sentido Jurema Werneck (2003) traz uma contribuição valiosa para nosso trabalho, pois segundo ela as políticas publicas devem ser voltadas não só para redução das desigualdades, mas também para enfrentar a causa dessas desigualdades, ou seja, o combate ao racismo direcionado à negritude. Racismo que afirmamos persistir na sociedade de forma velada ou nem tanto, sendo a principal razão do não acesso de mulheres negras e homens negros aos bens socialmente produzidos.

Atualmente estudos ²⁴ e pesquisas demonstram que o segmento que mais acumula as expressões da questão social são as mulheres negras. Se quisermos um Serviço Social mais condizente com realidade brasileira é importante rever a história das negras e negros no Brasil, para que não se reproduzam o preconceito e a discriminação direcionados a negritude.

1.3. OBJETIVOS

Traçamos como objetivo geral deste trabalho refletir e discutir sobre as mulheres negras do PBF (programa Bolsa família) no município de Matinhos, Paraná. Como objetivos específicos, buscamos descrever o grau de escolaridade, conjugalidade, renda, faixa etária e situação no mercado de trabalho dessas mulheres e também pretendemos fomentar e subsidiar discussões sobre o tema da discriminação e do preconceito de cor.

1.4 METODOLOGIA

²¹ IAMAMOTO, Marilda Villela. **As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social**. Acesso no site: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf acesso: 02/03/2009

²² SILVA, Ivone Maria Ferreira da **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sóciohistóricos**. – Cuiabá: EdUFMT, 2008. 202p

²³ IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001

²⁴ DIESSE, IBGE, UNIFEM.

Esta pesquisa é quanti/qualitativa e investiga o “ser mulher e negra” no município de Matinhos / PR. Para a construção teórica do trabalho recorreremos à seleção de sites, livros e revistas da área do Serviço Social, da História, da Sociologia, da bioética, com o objetivo de entendermos a problemática na sua amplitude. Posteriormente a seleção das obras, fichamos as mesmas com as idéias principais dos autores e autoras, que serviram de referencial teórico para construção desse trabalho e para elucidação das categorias abordadas.

Fizemos isso ‘a luz da literatura encontrada sobre o assunto, confrontando esta com os dados do PBF (Programa Bolsa Família) e algumas vezes colhidas em três entrevistas realizadas.

Para nosso trabalho, elaboramos um documento de solicitação oficial para a coordenação da Secretaria da Assistência Social de Matinhos, a fim de termos acesso e utilizarmos dados do CadÚnico (Anexo 1). Com autorização concedida, para delimitar nosso tema, selecionamos os dados das mulheres negras inscritas no Bolsa Família; a data da pesquisa se concentrou a partir da criação do PBF em 2002 até o ano de 2009;

Do PBF de Matinhos analisamos os dados de 165 mulheres negras cadastradas, selecionamos o CadÚnico de identificação da pessoa. Optamos pelo critério da pesquisa (2 - pessoa 215 – RAÇA/COR igual à negra). Não utilizamos os dados das pardas. (BRASIL, 2009)

A partir desses dados, abordamos os seguintes quesitos: o grau de escolaridade, a faixa etária, a situação no mercado de trabalho, a situação de conjugalidade e o número de pessoas que vivem da renda (Anexo 2). Nesse sentido não especificamos o grau de parentesco das pessoas que vivem da renda, consoante com as possibilidades dos arranjos familiares. Nossa escolha se deu a partir da necessidade de delimitar o tema assim como da possibilidade dos dados fornecidos pelo CadÚnico do PBF.

Assim, discutiremos sobre a condição dessas mulheres enfocando o processo histórico de preconceitos e discriminações, descartando qualquer teoria que naturalize a posição social que ocupam na sociedade.

Salientamos que: a) essa é uma das interpretações da história da mulher negra, porque se analisarmos outros grupos femininos que não sejam usuárias do Bolsa família, poderemos ter outras interpretações da realidade, b) o recorte foi somente de mulheres negras, não pardas, apesar destas também constituírem um significativo contingente de pessoas em condições semelhantes.

1.4.1 As Entrevistas

Encontramos nossas entrevistadas a partir dos serviços de Assistência Social, e seguimos a sistemática usual em pesquisas desse tipo, observando o consentimento informado da pessoa e seu anonimato, pelo que escolheram pseudônimos. As entrevistas foram realizadas em local calmo, privado, as respostas sendo anotadas; as entrevistadas foram informadas do uso exclusivamente acadêmico para as respostas. Ao selecionar questões semi estruturadas (Anexo 3), pretendemos atingir nosso objetivo da pergunta de partida, e deixar livre a pessoa para se expressar. Esclarecemos que as fontes orais, em cotejamento neste trabalho, estão carregadas de experiências consideradas da mesma importância dos textos, mas que não se trata, em relação às entrevistas, de buscar uma “verdade” dos fatos. Utilizar entrevistas, porém, remete a complexa questão da subjetividade/objetividade, pelo que nos respaldamos em Alessandro Portelli (1996) para quem contar já é interpretar. Os relatos orais são expressões subjetivas e pessoais, manifestações de discursos socialmente aceitos, por isso é possível, mediante textos, trabalhar com a fusão do individual e do social, com expressões subjetivas e práxis objetivas articuladas.²⁵

Outrossim, a reflexão ética / bioética permeou nosso trabalho no respeito ao tratamento dispensado as entrevistadas consideradas sujeitos de conhecimento. Consideramos a amostra de três entrevistas suficiente para nosso objetivo de dar voz, visibilizar, cotejar esse perfil elaborado a partir das entrevistas com a literatura selecionada. Esperamos provocar, quiçá subsidiar, debates e discussões sobre a temática gênero/raça, em nosso curso de Serviço Social.

1.4.2 ETAPAS DO TRABALHO

Este trabalho foi desenvolvido da seguinte forma: no primeiro capítulo, com a introdução, explicitamos as categorias, os objetivos e a metodologia utilizada. No segundo capítulo abordaremos brevemente a história das mulheres negras no Brasil conforme a literatura encontrada. No terceiro capítulo discutiremos os gráficos elaborados a partir dos dados do Bolsa Família e cotejamos esses dados com literatura e as vozes das três mulheres

²⁵ Portelli, Alessandro. **A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.** tempo. Dossiê teoria e metodologia v. 1 n. 2 dez. uff: relume dumará ,1996

entrevistadas, Rosa, Hortência e Margarida. A seguir apresentamos nas considerações finais, nossa reflexão.

2 MULHERES NEGRAS, LUTA POR DIREITOS E CIDADANIA

O passado, quando aparece, serve apenas para confirmar tudo aquilo que o presente nos comunica tão vivamente.

(Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, 2005).²⁶

A escravidão de pessoas tem sido uma prática sistemática na história da humanidade desde a antiguidade e persiste até nossos dias, como nos conta a história e a mídia. Assim não era novidade, na África, que povos na disputa por água ou terras submetessem a escravidão, o inimigo vencido. Porém, no Brasil a escravidão foi um processo longo que durou 380 anos e cujas consequências em termos de iniquidades com seres humanos estão presentes atualmente, especialmente na vida das mulheres negras.

Diz Wlamyra R. Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006) que na escravidão de grande escala no Brasil, os traficantes de escravos preferiam trazer da África homens jovens e fortes para trabalhar, e muito pouco traziam mulheres e crianças. As mulheres escravizadas trabalhavam como cozinheiras, amas secas, amas-de-leite, limpavam, arrumavam, cuidavam das crianças. Também faziam trabalhos fora de casa, como buscar água potável das fontes públicas. Se o senhor ao qual pertenciam tinha dificuldades econômicas, eram alugadas ou vendiam doces, mingaus, bolos, caldo de cana, caruru e outras receitas africanas, sendo chamadas de quitadeiras e ganhadeiras. Levavam para as ruas os filhos pequenos presos às costas e os maiores mantinham-nos próximos aos locais em que trabalhavam.

Os autores expõem que as resistências dos negros assumiam diversas formas: a desobediência sistemática, a lentidão na execução das tarefas, a sabotagem da produção e as fugas individuais ou coletivas foram algumas delas. Fugir sempre fazia parte dos planos dos escravos; existiam as chamadas fugas reivindicatórias, ausências temporárias do trabalho, das quais o fugitivo costumava retornar por conta própria depois de alguns dias. Ao fugir o escravo comprometia a produção e colocava em xeque a autoridade do senhor. Isso quer dizer que as fugas não só traziam prejuízos econômicos, mas também expunham os limites da dominação senhorial. Diante disso muitos senhores de escravos eram obrigados a negociar e ceder em alguns aspectos. A liberdade conquistada não foi vista como um direito dos negros, mas como caridade por parte do Estado. Nesse sentido práticas discriminatórias ressurgem das maneiras mais perversas (ALBUQUERQUE, Wlamyra R. e FRAGA FILHO, Walter, 2006).

Os autores acima sustentam que escravos e escravas sempre lutaram por seus direitos, Em 1871, a lei já reconhecia o direito ao pecúlio, no qual o escravo (ou escrava) poderia comprar sua liberdade, isto é, quando conseguisse juntar a quantia necessária; o senhor de escravos era obrigado a vender a alforria e caso se recusasse a fazê-lo o escravo podia acionar

²⁶ GONSALVEZ, Luiz Alberto Oliveira, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação.** In Educação como exercício de diversidade. – Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005.. – (Coleção educação para todos; 6). p. 179:226 Disponível no site <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000373.pdf> acesso no dia 13/03/2010

a justiça. Isso estimulou escravos e escravas a reivindicarem outros direitos, a denunciarem maus-tratos, castigos físicos e a escravização ilegal de africanos desembarcados depois de 1831, ano da primeira proibição do tráfico.

Das histórias contadas sobre as mulheres, consta a da escrava Rosaldina que fugiu do engenho Quingona, no Recôncavo baiano e foi em direção a Salvador, em 19 de outubro de 1881, com um filho que amamentava, para denunciar maus-tratos e buscar proteção do chefe de polícia. Os autores citam as mães-de-santo, que resguardaram repertórios e identidades culturais, ao cultivar as religiões de matriz africana, hoje configuradas como patrimônio da cultura nacional (ALBUQUERQUE, Wlamyra R. e FRAGA FILHO, Walter, 2006).

Andréia Lisboa de Souza (2005) relata sobre mulheres que até hoje são referência dentro das etnias negra, pois como a princesa africana Aqualtume que se tornou uma das lideranças do Quilombo de Palmares, responsável pelo Mocambo do Aqualtume. Outro nome a destacar é Teresa de Quariterê, rainha do Quilombo de Quariterê, no Mato Grosso, cuja atividade principal era o trabalho com a forja e com o ferro. Teresa comandou negros e índios em batalhas contra os escravagistas. Dandara, outro exemplo de liderança feminina negra, lutou ao lado de Zumbi dos Palmares. À medida que os homens negros se organizavam contra a escravidão as mulheres davam suportes para invasões das fazendas, escondiam escravos fugidos, alimentavam os fugitivos, entre outras (2005, p. 41).²⁷

As mulheres tiveram um papel fundamental na organização das confrarias religiosas baianas, especificamente da Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo e da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte. Essas organizações tornaram-se espaços estruturadores de identidade e de formas de comportamento social e individual. Muitas associações foram criadas por mulheres com a intenção de coletar dinheiro para pagar a alforria de algum escravo ou escrava. Um exemplo é o Clube Castro Alves em Salvador fundado em 1888 por um grupo de mulheres na intenção de angariar fundos para promover a educação.²⁸

As lutas e conquistas dos negros não são contadas, contribuindo para a manutenção de ideários racistas, para que se perpetue a imagem de povo negro derrotado, excluindo injustamente essa parcela significativa da população da história, da perspectiva política e na reivindicação por direitos (ALBUQUERQUE, Wlamyra R. e FRAGA FILHO, Walter, 2006, grifo nosso).

²⁷ SOUZA, Andréia Lisboa de [et al...]. **De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiros** / _Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2005.

²⁸ Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. (2006) op. Cit.

Nesse sentido, é imprescindível desmistificar que as etnias negras escravizadas eram constituídas de pessoas passivas diante da escravidão e que a abolição foi uma concessão da corte. A abolição da escravatura é algo que permeia o imaginário social de muitos brasileiros, como uma benesse das elites dominantes da época, algo que não é verdade, como demonstra Ivone Maria Ferreira da Silva:

Não há discordância quanto ao fato de que a abolição da escravatura fez-se, primordialmente, pelo encaminhamento parlamentar e pela definição de uma legislação emancipacionista. Todavia, esse projeto não foi resultado do acaso, se considerarmos as pressões que os políticos recebiam dos proprietários de terra queixando-se das constantes e intermitentes fugas e a constituição de quilombos ameaçadores. Mendonça (2001) *in* Silva diz, pouco se conhece com relação ao negro no Brasil e o que se tem é uma visão distorcida das conquistas obtidas, como se fossem apenas resultantes da ‘história dos de cima’ (2008 pag. 47) ²⁹.

2.1 O RACISMO NA CIÊNCIA

As teorias raciais são elaboradas pela biologia no final do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, para explicar as origens e características de grupos humanos. Essas teorias tiveram grande aceitação no Brasil entre 1870 e 1930. Com base em argumentos biológicos, convincentes na época, que relacionavam as características físicas dos indivíduos à capacidade intelectual, negros, mulheres e judeus foram considerados inferiores e mais propensos a condutas “criminosas” (ALBUQUERQUE, Wlamyra R. e FRAGA FILHO, Walter, 2006).

Maria Tereza Citeli (2001) relata a vida de uma mulher nascida na África do Sul que pertencia ao povo hotentote. Trazida pelos holandeses para a Europa em 1810 com o nome de Sarah Bartmann foi também conhecida como “Vênus Hotentote”. Essa mulher negra foi capturada, levada para a Europa para ser, por longos anos, exposta em uma jaula de circo junto com o restante dos animais, e como esses, obedecia ao domador. Ao mesmo tempo em que seus captores a relacionavam a bestialidade, também destacavam seus atributos sexuais, onde as nádegas ganhavam destaque em panfletos de propagandas.

As pessoas pagavam para vê-la e quem quisesse tocá-la nas nádegas pagava um pouco mais. Depois de sua morte os cientistas dissecaram o corpo e moldaram sua genitália. Outros órgãos foram conservados em formol e passaram a fazer parte da coleção do museu da História Natural e do Museu do Homem, em Paris. Ainda segundo esta autora quando os cientistas se debruçavam para estudar as mulheres de diferentes culturas, o interesse se concentrou nas

²⁹ SILVA, Ivone Maria Ferreira da **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: fundamentos sóciohistóricos. – Cuiabá: EdUFMT, 2008. 202p.

características sexuais, por exemplo, na comparação do tamanho da pelve. As mulheres africanas tinham a pelve mais larga e por isso foram consideradas lascivas e libertinas; nesse contexto, as mulheres brancas, de pelve menor, foram tomadas, por isso, como exemplo da pureza sem paixão (CITELI, Maria Tereza 2001 p. 170).³⁰

O racismo reforça o preconceito em relação às mulheres negras no sentido de dizer que essas são “mais fofas” no sexo, devido a sua “natureza”. Esse pensamento alimentou no ideário masculino fantasias sexuais com as negras como mero objeto sexual. De acordo com Sueli Carneiro (2002), persiste a visão que limita as mulheres negras ao sexo, ao prazer, às relações extraconjugais. Relata sobre o turismo sexual na Bahia, hoje, quando homens estrangeiros se referem às mulheres da Bahia como “quentes”, carinhosas e sensuais.³¹

Antonio Jonas Dias Filho (1996) citado por Sueli Carneiro (2002, p. 176) diz que para fomentar o turismo sexual, foram criadas várias nomenclaturas para servir ao *sex marketing* das empresas de viagem, como por exemplo, morena jambo.³²

Nesse sentido Joel Rufino citado por Sueli Carneiro (2002) observa que há duas ordens de violência de gênero, uma, oriunda da ideologia patriarcal que concebe as mulheres em geral como objetos de propriedade masculina; outra, de natureza racial, que institui a desvalorização das negras em relação às brancas, aquelas disponíveis, objetos que podem ser adquiridas por “precinhos” módicos.³³

Os “males” da sociedade, no século XIX, no Brasil, foram considerados como sendo relacionados a biologia (doenças) ou social (crimes) recaindo a culpa sobre os negros, origem de tudo que era indesejado. Mas o fato é que a miscigenação constituía a população brasileira. E houve duas interpretações, a) aquela que não aceitava a miscigenação, pois a considerava causa dos males da sociedade, das doenças e dos crimes e b) aquela para quem a miscigenação iria corrigir os “males naturais” das pessoas negras; segundo esta o Brasil em pouco tempo seria um país branco, ou seja, apostaram no branqueamento do país. Com o estímulo a entrada de imigrantes europeus (ALBUQUERQUE, Wlamyra R. e FRAGA FILHO, Walter, 2006).

Concomitantemente a elaboração dessas teorias fundamentadas cientificamente, e o estímulo a entrada de imigrantes da Europa, as revoltas negras se intensificavam. Um exemplo foi à revolta da vacina, quando os higienistas combatiam a febre amarela e a varíola que assolava mais os imigrantes; a tuberculose, que afetava mais os negros, não teve a mesma

³⁰ CITELI, Maria Tereza *As Desmedidas Da Vênus Negra Gênero e Raça na História da Ciência*: Novos Estudos CEBRAP nº. 61, novembro 2001 p. 163:175

³¹ CARNEIRO, Sueli. *Gênero e Raça*. “In” *Gênero Democracia e Sociedade* /BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM Sandra G., organizadoras - São Paulo: FCC: ed. 34, 2002. Pag. 167- 193

³² CARNEIRO, Sueli. *Gênero e Raça*. Op. cit

³³ CARNEIRO, Sueli. *Gênero e Raça*. Op. cit

atenção. Os lugares onde os negros viviam eram chamados pelos jornais da época de “antros de imundície e desordem”. A população negra era incentivada a ficar cada vez mais afastada do centro da cidade e, conseqüentemente, da sociedade mais privilegiada (ALBUQUERQUE, Wlamyra R. e FRAGA FILHO, Walter, 2006).

Dessa forma, os atributos negativos relacionados às mulheres e homens negros permeiam até hoje o imaginário social brasileiro. Em pesquisas do PCRI (2006) aparecem às representações de negros e brancos na sociedade brasileira, os negros são retratados como preguiçosos, burros, sujados, malandros, inferiores intelectualmente, grosseiros. Os atributos positivos dos negros estão na questão sexual, como “bons de cama, bons de bola, bons de samba”. Aos brancos são direcionados atributos como bem sucedidos, educados poderosos, honestos, ricos, competentes, inteligentes entre outros; os atributos negativos relacionados aos brancos seriam arrogantes e individualistas (Identificação, 2006, p. 38-39).

É importante perceber que aos negros/as são valorizados desempenhos físicos enquanto que aos brancos o desempenho intelectual. Isso demonstra o porquê numa disputa de vaga por um emprego num escritório, por exemplo, entre brancos/as e negros/as a vaga sempre fica com os brancos/as, e os negros/as ficam com empregos braçais e que ganham menos.

Assim, várias formas de discriminação se tornaram praticas no cotidiano de muitos empregadores impedindo que mulheres e homens negros tivessem empregos dignos, qualidade de vida e orgulho por sua negritude.

É importante destacar o porquê as teorias racistas as ações, as praticas das pessoas até hoje. A busca por uma nacionalidade brasileira em 1930, emerge o discurso da “democracia racial” brasileira, ou seja, somos todos miscigenados, sendo assim não existe racismo no Brasil. E com esse discurso de “democracia racial” pelas elites brasileira da época as praticas racistas se consolidaram e pior são negadas como sendo racistas. Inclusive os meios de comunicação contribuíram para isso, podemos observar vários personagens das lendas e contos brasileiros, como o Saci-Pererê, Negrinho do Pastoreiro, Tio Barnabé, Tia Anastácia, que, apesar de simpáticos, fogem do padrão da maioria das personagens brancas. Aparecem em forma de caricatura, sem família, sempre em situação de servidão (Luiz Carlos Paixão da Rocha).³⁴

As imagens simbólicas negativas e de passividade relacionadas às mulheres e homens negros, ainda hoje vemos as representações midiáticas de um canal de TV, nas novelas das

³⁴ ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. Professor da rede estadual de educação do Paraná, Especialista e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. **Artigo Lei 10.639/03: Desafios E Perspectivas Para A Implementação Dos Conteúdos Afro-Brasileiros Nas Escolas**

18h00min, das 19h00min e das 21h00min horas, reforçando estereótipos de homens e mulheres negras.

2.2 “O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL”

Em 1930 emergiu um discurso na intenção de modernizar o país e deixar para traz a herança da escravidão. Em busca de uma identidade nacional, é concebida a idéia de uma “democracia racial” no país:

Essa noção de identidade nacional pressupunha que tínhamos uma cultura homogênea e singular, resultado da miscigenação racial. O país seria a comunhão de costumes, religião, raça, língua e de memórias sobre o passado que passaram a definir aquilo que fazia de todos nós brasileiros (ALBUQUERQUE, Wlamyra R. e FRAGA FILHO, Walter, 2006, p. 225).³⁵

Apesar dos discursos do Brasil ser um país democrático racialmente por conta da miscigenação, os dados mostram que na verdade vivemos o “mito da democracia racial”; pois as questões dos negros são vistas como caso de caridade da Igreja ou caso de polícia (BERNARDINO, Joaze, 2002, grifo nosso).³⁶

Quando se fala em democracia e cidadania no Brasil pressupõe-se o acesso igual ao emprego, a escola, a saúde, a moradia, ou seja, aos bens socialmente produzidos independente da cor ou do sexo. O discurso da “democracia racial” camufla o preconceito étnico/racial e a discriminação e se manifesta de várias formas. “Segundo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2003) na idéia de “democracia racial” não existem raças e a cor é um acidente, algo sem importância, pois o que importa nessa idéia é o Brasil como Estado e como nação”.³⁷

Desde 1964 o Movimento Negro Unificado começou a denunciar esse ideal de “democracia racial” como algo ideológico, porém, a ditadura abafou por muitos anos essa voz. O termo raça é retomado com força em 1978, não como preconizava a biologia naturalizando condições, mas como um posicionamento político social. Para o Movimento Negro Unificado se continuassem os discursos de democracia racial a cultura negra Africana seria esquecida,

³⁵ Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho (2006) op. Cit. p. 225

³⁶ BERNARDINO, Joaze. **Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil**. Revista Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, nº2, 2002, pag. 247 – 273

³⁷ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com "raça" em sociologia**. *Educ. Pesqui.*, Jun 2003, vol.29, no.1, p.93-107. ISSN 1517-9702 site <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> acesso dia 02/09/2008

então entenderam que para ser cidadão era necessário reinventar sua “raça” (GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo, 2003).³⁸

Luiza Bairros (2004) afirma que apesar do conceito de raça ter um novo sentido que implica um posicionamento político social, alguns autores são acusados de promover o racismo, por fomentar a identificação com a negritude. Mas não existe racismo de baixo pra cima, porque ele sempre pressupõe a idéia de superioridade.

O Brasil é um país com um racismo bem desenvolvido. Tão desenvolvido que, durante muito tempo, sua existência pôde ser negada criando uma espécie de *racismo invisível*. A ponto de acusarem os que usam a palavra racismo de promotores de sua existência... Uma das marcas da invisibilidade aparece quando comparamos o processo brasileiro de organização política das pessoas negras com o de outros países. O que se constata? Aqui não se constituíram aliados do Movimento Negro. Organizações brancas, partidos políticos nunca foram aliados. Pois existe, por parte deles, a crença de que o racismo é uma invenção. Algo importado dos EUA (BAIRROS, Luiza, 2004).³⁹

A nosso ver o não reconhecimento do preconceito racial “naturaliza” as posições econômicas e sociais que mulheres negras e homens negros ocupam na pirâmide social. A não ascensão social de negras e negros é atribuída como sendo por culpa do próprio sujeito, negando assim que a desigualdade social brasileira está ancorada na escravidão. Um estudo da realidade brasileira que não leve em conta a constituição do país com base na exploração da mão de obra escrava, a nosso ver, é inaceitável.

2.3 OS MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS

O Movimento de Mulheres Negras surge dentro do Movimento Negro Unificado com Maria Beatriz do Nascimento, da Universidade Federal Fluminense, que em 1972 criou a semana da Cultura Negra, reunindo diversas universidades para discutir o dia-a-dia de mulheres negras no país. Enquanto o movimento feminista comemorava o dia internacional da mulher, as mulheres negras apresentaram um documento denunciando a situação de opressão e exploração da mulher negra no país (casadeculturadamulhernegra, 2010)⁴⁰. Foram criados vários mecanismos de denuncia para gritar a situação de abandono, pobreza, exploração,

³⁸ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo 2003 op.cit.

³⁹ UNIFEM 2004, Disponível em <http://www.unifem.org.br/sites/1000/1070/00001667.pdf> acesso 16/02/2010

⁴⁰* Fala Preta, Criola, Géledes, Cfêmea, AMMA Psique e Negritude entre outro
http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br/mn_mn_t_histo01.htm

desvalorização, na educação, na saúde, no trabalho enfim no cotidiano da mulher negra brasileira. Esses fatos podem ser encontrados em vários sites*.

Nesse contexto Sueli Carneiro (2002) diz que ser mulher e negra exige dupla militância, no campo racial, para que não se perpetue preconceitos de gênero e no campo de gênero para que não favoreçam apenas mulheres brancas. Há conquistas significativas na questão racial, mas dentro dela, as questões de gênero ainda requerem atuação política.⁴¹

Nesse sentido, Nilma Bentes (2009) refere:

Ser ativista do movimento negro, entre outras coisas, implica compreender não só as facetas do racismo, enquanto doutrina ('habita' o campo das idéias, tal como o preconceito), mas, também, as conseqüências do mesmo, nas quais estão incluídas a prática dessa doutrina (discriminação) e a auto-desvalorização coletiva de grande parte de negros e negras (BENTES, Nilma, 2009, p. 62).

Nilma Bentes (2009) publica um texto com a pergunta: “O que me oferecem para querer e gostar de ser uma pessoa negra?” É importante pensar a condição de ser mulher, negra e conseqüentemente sem acesso aos bens socialmente produzidos. Em uma sociedade onde o padrão ideal é o homem branco de posses, onde o discurso da miscigenação camufla o preconceito e a discriminação, e o senso comum culpa homens e mulheres negras por sua condição de pobreza e miséria, como gostar e querer ser uma mulher negra?

Mulheres negras geralmente relacionadas com estereótipos negativos, que para Crochík (1997), são retirados da cultura e da vida social. Esses conteúdos estereotipados servem ao preconceito e têm função social e individual: auxiliam na categorização, impedem a identificação e evitam a reflexão.

Mulheres negras geralmente pensam ser natural a sociedade tratá-las assim; aceitam a posição social que ocupam como sendo apenas responsabilidade individual, sem atentar para a herança racista e dos preconceitos desde a escravidão e mesmo depois da abolição:

Milhões de pessoas (sobretudo, brancas), procuram, deliberadamente ou não, nos confundir, trocando ‘causas’ com ‘conseqüências’ do racismo. Isso, sem dúvida, acaba contribuindo para manter a desmobilização da maioria da população negra, nesse processo secular de enfrentamento ao racismo e suas conseqüências (BENTES, Nilma, 2009, p.62)⁴²

As causas da exclusão social são o racismo, o preconceito, as discriminações, os estereótipos negativos que impedem as mulheres e homens negros de terem uma frequência

⁴¹ Casadeculturadamulhernegra op. Cit.

⁴² BENTES, Nilma **Um afro-negro teorema: Impossível enfrentar o racismo sem desagradar racistas**. In Mulheres Negras: Um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil Jurema Wernech Org. Disponível no site <http://www.criola.org.br/publicacoes.htm> acessado 08/08/2009

escolar que sirva de base para uma profissão e ascensão social. Dessa forma, se mantém o círculo vicioso de trabalhos precários sem carteira assinada, moradias em condições insalubres, entre outras. Assim “marcamos presença nas filas dos que buscam empregos, nos movimentos dos sem teto, dos sem terra e, como não poderia deixar de ser, no grande contingente dos ‘sem esperança’ conformados” (BENTES, Nilma, 2009) ⁴³.

2.4 MULHERES NEGRAS E TRABALHO

No séc. XX com o avanço do feminismo, as mulheres brancas entraram com força no mercado de trabalho formal e nas universidades, mas as negras continuaram em sua grande maioria relegadas ao serviço doméstico. ⁴⁴

Como já dissemos, a maior parte das mulheres negras está concentrada no serviço doméstico remunerado, primeira ocupação das mulheres brasileiras. São negras cerca de 56% das domésticas e ainda usufruem os menores rendimentos da sociedade. Nesse sentido consideramos importante um breve panorama do trabalho doméstico sob o ponto de vista da legislação. Segundo publicação do ministério do Trabalho e Emprego em 2007, trabalhadores domésticos são:

Cozinheiro(a), governanta, babá, lavadeira, faxineiro(a), vigia, motorista particular, jardineiro(a), acompanhante de idosos(as), entre outras. O(a) caseiro(a) também é considerado(a) empregado(a) doméstico(a), quando o sítio ou local onde exerce a sua atividade não possui finalidade lucrativa (BRASIL, 2007). ⁴⁵

Ainda a mesma publicação comenta a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.885, de 9 de março de 1973, que dispõe sobre a profissão do(a) empregado(a) doméstico(a), conceituando e atribuindo-lhe direitos. A Constituição de 1988 concedeu outros direitos sociais aos(as) empregados(as) domésticos(as), tais como: salário mínimo; irredutibilidade salarial; repouso semanal remunerado; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, 1/3 a mais do que o salário normal; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; licença-paternidade; aviso prévio; aposentadoria e integração à Previdência Social. Com a edição da Lei n.º 11.324, de 19 de julho de 2006, que alterou artigos da Lei n.º 5.859, de 11 de dezembro de 1972, os

⁴³ BENTES, Nilma **Um Afro-Negro Teorema: Impossível Enfrentar O Racismo Sem Desagradar Racistas** Op. Cit.

⁴⁴ http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br/mn_mn_t_histo01.htm

⁴⁵ BRASIL, Ministério do trabalho e do emprego disponível no site http://www.mte.gov.br/trab_domestico/default.asp acessado 21/03/2010

trabalhadores domésticos firmaram direito a férias de 30 dias, estabilidade para gestantes, direito aos feriados civis e religiosos, além da proibição de descontos de moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho. Sobre a dedução no Imposto de Renda Pessoa Física de 12% do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), esta é garantida sobre o valor do recolhimento referente a um salário mínimo mensal de um doméstico, incluindo a parcela de 13º e 1/3 de férias. Também permitiu ao empregador recolher a contribuição referente à competência de novembro de cada ano até o dia 20 de dezembro, juntamente com a contribuição referente ao 13º salário, utilizando-se de um único documento de arrecadação (GPS), (BRASIL, 2007).⁴⁶

Este é o panorama do que seria um emprego formal, com esses direitos garantidos previstos na lei. Infelizmente isso não se dá de forma igual para todas/os. Assim, aqui procuramos abordar a evolução da desigualdade entre brancos(as) e negros(as), expressas em diversos indicadores socioeconômicos das condições de vida da população brasileira, tendo em vista que para mulheres negras este fardo é mais pesado.

Como já dissemos anteriormente os atributos positivos direcionados as mulheres negras, na perspectiva racista, quando não está relacionada ao sexo como “boa de cama”, estão relacionadas aos afazeres domésticos, “boa cozinheira” “excelente baba”, ou seja, com trabalhos que não trazem ascensão econômica, e se encontram numa posição de submissão.⁴⁷

Pesquisa do DIESSE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)⁴⁸ confirma que as condições e causas da pobreza são diferentes para mulheres e homens, negros e brancos. O gênero e a raça são fatores que determinam, em grande parte, as possibilidades de acesso ao emprego, assim como as condições em que esse se exerce. Nos empregos especialmente as mulheres negras sofrem as situações mais desfavoráveis, influenciando na forma como as pessoas e as famílias vivenciam a pobreza e conseguem ou não superá-la.

As diversas formas de discriminação estão fortemente associadas aos fenômenos de exclusão social que dão origem e reproduzem a pobreza. São responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e pela criação de poderosas barreiras adicionais para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza (DIESSE, 2005).⁴⁹

⁴⁶ BRASIL, Ministério do trabalho e do emprego op. cit.

⁴⁷ J. L. Crochik, 1997 (**Identificação de Abordagens Do Racismo Institucional**) op. Cit.

⁴⁸ DIEESE, disponível no site <http://www.dieese.org.br/areaAssinante/esp/estudos.xml> acessado 2/03/2010

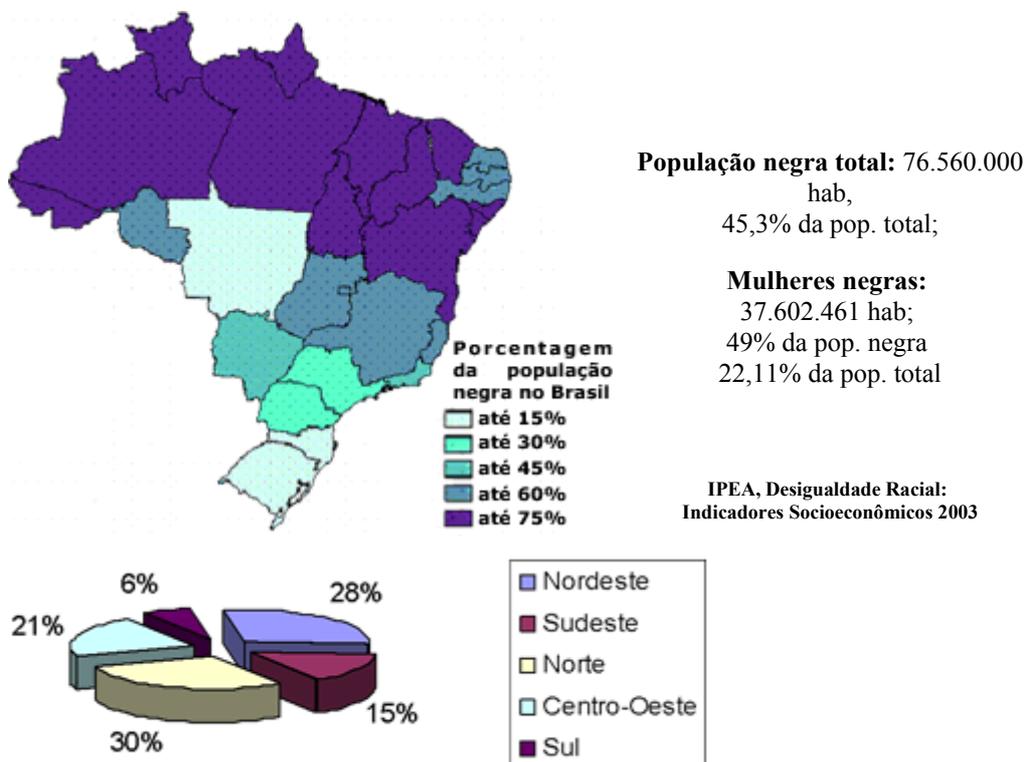
⁴⁹ Dieese op. cit.

A necessidade de trabalhar e o aumento do desemprego obrigam mulheres negras a desenvolverem trabalhos vulneráveis e com baixos rendimentos. Vulnerabilidade no trabalho significa que são assalariadas sem carteira assinada, autônomas que trabalham para o público, trabalhadores familiares não-remuneradas ou empregadas domésticas. As informações do Dieese apuradas para o período 2004-2005 reiteram que entre os trabalhadores negros é maior a proporção de ocupados em situações vulneráveis (DIEESE, 2005).⁵⁰

A proporção de mulheres negras foi predominante no trabalho doméstico em praticamente todas as regiões, em 2009. Em Salvador, 96,2% das ocupadas nos Serviços Domésticos eram negras, enquanto em São Paulo, os percentuais foram equivalentes: do total de trabalhadoras ocupadas no setor, 50,6% eram negras e 49,4% não negras. A única exceção aconteceu em Porto Alegre, onde a população negra é bem menor: 28,3% das ocupadas nos Serviços Domésticos são negras, as demais, não negras (71,7%).⁵¹

Mesmo no sul do país, em que a população de não-negros é maior que de negros, comparativamente, as disparidades não se atenuam. Abaixo, os gráficos mostram a desigualdade racial (termo do IBGE) em números, por Região, Censo de 2000 (Figura 1).⁵²

FIGURA 1 - POPULAÇÃO NEGRA POR REGIÕES - PROPORÇÃO, CENSO 2000



⁵⁰ Diesse op. cit.

⁵¹ DIEESE **As Características Do Trabalho Doméstico Remunerado Nos Mercados De Trabalho Metropolitanos**, 2010 disponível no site <http://www.dieese.org.br/ped/ssa/pedssaMulher2010.pdf> acessado 2010

⁵² ONG CRIOLA, **Dados Por Região**. Disponível no site http://www.criola.org.br/dados_regiao.htm acessado 29/03/2010

Fonte: IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2000

Em Porto Alegre a taxa de desemprego entre a população negra e não-negra segundo o sexo no biênio 2004-2005 é de 25,7 para mulheres negras e para homens negros é 18,6. Enquanto para as mulheres não-negras 17,7 e os homens não negros são 11,9 (DIEESE, 2005, p. 4).⁵³

O nível de escolaridade das domésticas é, de maneira geral, baixo. Em todas as regiões analisadas, a maioria delas não chegou a concluir o ensino fundamental. Esta característica ficou mais evidenciada entre as domésticas negras que no caso das não negras, exceto no Distrito Federal e em Recife, onde as proporções eram semelhantes. Ou seja, o trabalho nos Serviços Domésticos, por não exigir nível de instrução elevado, constitui uma das poucas possibilidades hoje existentes para o emprego de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso de muitas mulheres adultas.

Apesar dos avanços na conquista dos direitos trabalhistas para empregadas(os) domésticos como vimos anteriormente, em uma publicação do PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego)⁵⁴ em março de 2010, problemas antigos ainda persistem como a não-formalização das relações de trabalho e as extensas jornadas, aliadas, na maior parte das vezes, às baixas remunerações. É importante salientar que mediante o trabalho as pessoas vivem com dignidade, suprimindo suas necessidades, elevam a auto-estima, sentem-se valorizadas. Entretanto quando o trabalho não é valorizado ocorre o inverso, porque a vulnerabilidade do trabalho se desdobra para todos os aspectos da vida cotidiana das pessoas, saúde, educação, moradia, esporte, lazer entre outras.

É necessário pensar condições de melhoria na qualidade de vida das mulheres negras, que na maioria das vezes são as únicas provedoras da família e que estão sendo lesadas nos seus direitos de cidadãs. Estamos vivendo em uma sociedade individualista cujo discurso responsabiliza unicamente a pessoa por sua condição social.

Nesse sentido o grande desafio é sair do discurso pronto da naturalização da negritude na pirâmide social, problematizar essa desigualdade e aproximar políticas públicas das populações pobres em geral, mas em especial das mulheres negras, uma vez que os dados nos mostram uma desvantagem maior para estas.

⁵³ DIEESE, **A Mulher Negra no Mercado de Trabalho Metropolitano: Inserção Marcada Pela Dupla Discriminação**, 2005. Disponível no site: http://www.dieese.org.br/areaAssinante/esp/estudos_mulher.xml

⁵⁴ DIEESE, Estudo Especial, 2010 PED-SP. **O Emprego Doméstico No Período De 2000 A 2009** Disponível no site http://www.dieese.org.br/areaAssinante/esp/estudos_mulher.xml

2.5 MULHERES NEGRAS/EDUCAÇÃO ESCOLAR

O grau de escolaridade tem influência significativa na vida das pessoas. Geralmente quanto maior o grau de escolaridade maior é a possibilidade de ter um emprego digno com melhores salários e isso reflete em aspectos importantes na vida das pessoas, tais como na saúde, alimentação, moradia entre outras.

No início do Brasil colônia a educação era proibida para escravos. Ancorada no Art. 6º da Constituição de 1824, era reservada aos cidadãos brasileiros. Nesse período o negro não era considerado cidadão, pois a maioria havia nascido na África. Apenas negros libertos provenientes de famílias de algum recurso ou “protegidos” por ex-senhores poderiam frequentar os espaços de ensino, ler e escrever (GARCIA, Renísia Cristina, 2007) ⁵⁵.

Segundo esta autora houve uma reforma na educação, a Couto Ferraz (Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854) que não aceitava crianças com “moléstias contagiosas” e nem negras. Os “escravos de aluguel” e “escravos de ganho” quando aprendiam minimamente a ler e escrever, repassavam esses conhecimentos para os outros escravos. Essa é uma das explicações para o fato de haver pretos e pardos alfabetizados e multilíngüe neste período (GARCIA, Renísia Cristina, 2007).

Em 1911 começa a ser cobrado taxas para fazer um exame de admissão na chamada Reforma Rivadávia Corrêa, mas o problema era que a maioria das pessoas não podiam pagar principalmente os negros, para ter acesso à educação.

Os impedimentos do acesso dos negros a educação formal se refletem nos dados de hoje, vejamos. Atualmente os dados do DIESSE (2007) ⁵⁶ mostram grande concentração de negros nas faixas de menor escolaridade – do analfabeto até o ensino médio incompleto. E quanto maior o grau de escolaridade menor o número de negros, conseqüência do preconceito racial que excluí os negros da permanência na escola. Na região sul como Porto Alegre consta que 64 % dos negros tem escolaridade igual ou inferior ao ensino médio incompleto. Segundo Ricardo Henriques (2002) em “Raça e Gênero na Educação Escolar”, não há condições mínimas de igualdade de oportunidades entre brancos e negros no que se refere ao acesso e permanência na escola. Referencia a Kabengele Munanga*, dizendo que:

⁵⁵ GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada**: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005 /– Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 111p. Disponível no site http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3DA73BE7-2211-425A-8F41-3055A307F120%7D_Mioidentidadefragmentada.pdf Acessado 7/12/2009

⁵⁶ DIEESE, **Escolaridade e Trabalho: desafios para a população negra nos mercados de trabalho metropolitanos**, 2007. Disponível no site http://www.dieese.org.br/areaAssinante/esp/estudos_negro.xml acessado em 2010

“o preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnicoraciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolares altamente elevados do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco” (HENRIQUES, Ricardo, 2002, p. 94) ⁵⁷

A UNIFEM (2003) ⁵⁸ cita que a escolaridade é fator determinante do acesso a serviços de saúde, ou seja, quanto maior o grau de escolaridade maior os cuidados com saúde. Nesse sentido, a saúde é o nosso próximo ponto.

2.6 MULHERES NEGRAS/ SAÚDE

Como já vimos anteriormente o maior número de negros está localizado nas regiões norte e nordeste, e nas regiões sul e sudeste há maior predominância de brancos. Conforme Alaerte Leandro Martins (2001), as mulheres brancas são maioria em número de população, mas o risco de mortalidade é maior nas negras. Esta autora afirma que as vítimas são na maioria de mulheres negras, porque em geral estas vivem as piores condições de vida e de saúde:

A distribuição da população feminina e o número de mortes maternas por raça, para 1993, observou-se que o risco relativo de morte destas mulheres por causas ligadas à gestação, ao parto e ao puerpério foi 7,4 vezes maior nas pretas que nas brancas e 5 vezes maior entre as amarelas quando comparadas com as brancas (MARTINS, Alaerte, 2001 p. 66) ⁵⁹

Afirma ainda, que há necessidade de preencher as fichas das gestantes com as variáveis raça/etnia/cor seguido de grau de escolaridade e idade. Diz:

A falta de entendimento das diferenças e diferenciais raciais/étnicos, da opressão de gênero e do racismo na manutenção, recuperação e perda de saúde em uma sociedade classista provoca “espanto” quando se menciona a saúde da mulher negra (MARTINS, Alaerte, 2006)

^{57*} Antropólogo Kabengele Munanga é professor - titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Kabengele Munanga é atualmente vice-diretor do Centro de Estudos Africanos e do Museu de Arte Contemporânea da USP.

Henriques, Ricardo. **Raça e Gênero no Sistema de Ensino: os limites das políticas universalistas na educação** / Ricardo Henriques. – Brasília: UNESCO, 2002. 100 p. disponível no site: unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129720POR.pdf acessado 03/03/2010

⁵⁸ UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, 2003 CR-ROW

⁵⁹ MARTINS, Alaerte, **Mortalidade Materna maior risco para Mulheres Negras no Brasil** Jornal da RedeSaúde N°. 23; março de 2001

Segundo ela, a principal causa da mortalidade foi à hipertensão que atingiu mais as pretas jovens, em sua maioria sem companheiro, grau de escolaridade baixo e renda baixa e com maior número de filhos. Argumenta no sentido de que a questão racial tem relação com o processo saúde – doença (MARTINS, Alaerte, 2006).⁶⁰

Dados da UNIFEM (2003)⁶¹ demonstram que independente da faixa etária analisada, a população negra sempre apresenta uma maior taxa de prevalência de hipertensão, sendo que esta taxa é sempre maior conforme se amplia a idade das pessoas analisadas. A análise por sexo aponta, ainda, que são as mulheres as maiores vítimas da hipertensão: 24,6% dos homens na faixa etária de 45 a 59 anos e 40,4% dos de 60 anos ou mais sofriam de hipertensão, enquanto para as mulheres esses valores alcançavam 35,3% e 55,3%, respectivamente. As análises também foram feitas com diabéticos e exames da mama, e os dados não são diferentes, mulheres negras estão mais propensas a desenvolver problemas de saúde.

Ainda sobre racismo e saúde, Jurema Werneck (2001) em seu artigo sobre vulnerabilidade de mulheres negras em relação às epidemias com HIV cita Jonathan Mann (ex-diretor do Programa de AIDS das Nações Unidas) e considera que:

O racismo tem sido um fator de influência e/ou determinação do lugar do indivíduo na sociedade, definindo seu acesso, maior ou menor, à riqueza, escolaridade, moradia, bens públicos, serviço de saúde, informação, entre outros, pode-se visualizar sua participação na possibilidade de maior incidência do HIV sobre a população negra (WERNECK, Jurema, 2001, p. 55).⁶²

Estes dados colocam grandes questões a serem enfrentadas pelo Sistema Único de Saúde, pois as iniquidades apontadas indicam a existência de racismo institucional operando no interior do Sistema. O racismo institucional, visto como a impossibilidade das instituições oferecerem serviços com equidade às pessoas em função de sua origem racial produz falta de acesso, comportamentos discriminatórios e formulação de políticas que não atendem aos interesses da população negra, aumentando a situação de desvantagem deste grupo populacional. As primeiras inserções do tema Saúde da População Negra nas ações governamentais, no âmbito estadual e municipal, ocorreram na década de 1980 e foram formuladas por ativistas do Movimento Social Negro e pesquisadores (CRIOLA, 2007?)

Na década de 1990, o governo federal passou a se ocupar do tema, em atenção às reivindicações da Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em 20 de novembro de

⁶⁰ MARTINS, Alaerte Leandro. **Mortalidade Materna de Mulheres Negras no Brasil**. Op. cit.

⁶¹ UNIFEM 2003 op.cit.

⁶² WERNECK, Jurema AIDS: **A Vulnerabilidade Das Mulheres Negras** Jornal da RedeSaúde N°. 23, março de 2001Disponível no site: <http://www.redesaude.org.br/Homepage/JornaldaRede/JR23/Jornal%20da%20Rede%20n%20>. Acesso 2010

1995, o que resultou na criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra/GTI e do Subgrupo Saúde. Em abril do ano seguinte, o GTI organizou a Mesa Redonda sobre Saúde da População Negra, cujos principais resultados foram: a) a introdução do quesito cor nos sistemas de informação de mortalidade e de nascidos vivos; b) a elaboração da Resolução 196/96, que introduziu, dentre outros, o recorte racial em toda e qualquer pesquisa envolvendo seres humanos; e c) a recomendação de implantação de uma política nacional de atenção às pessoas com anemia falciforme (CRIOLA, 2007, p.53).⁶³

Como estudante do Serviço Social, para o nosso projeto de aprendizagem*, pesquisamos os índices de natalidade no município de Matinhos/PR, em 2007. Nessa pesquisa, realizada no setor de epidemiologia do Município, nos chamou a atenção o fato dos 355 nascimentos (165 femininos e masculino 195), contava o seguinte registro dos nascidos: Branca – 355; Amarela – 1 Parda – 3 e Negros – 0.

Analisando os dados acima, perguntamos: não nasceu nenhuma criança negra no município durante um ano? Se houveram 355 partos/nascimento, e consta no registro que nasceram 355 crianças brancas, então as 3 pardas e uma amarela não foram computadas?

Trazemos esses dados para mostrar o grau de invisibilidade dessas mulheres, como é possível que isso aconteça? Esses dados reforçam nosso argumento sobre a existência do racismo, ainda forte em nossa sociedade, pois, às negras/negros lhe é negado até a existência. Assim, perguntamos como é possível as pessoas não quererem falar sobre racismo e sexismo? Nesse contexto, como é possível que os profissionais do Serviço Social, discutam tão pouco sobre racismo? José Barbosa da Silva Filho (2008), diz o seguinte:

Por serem profissionais que invariavelmente interagem com segmentos da população onde é grande o número de pretos e pardos, os conhecimentos que os Assistentes Sociais recebem em seu processo de formação contemplam e problematizam temas relacionados com as questões que dizem respeito ao negro na sociedade brasileira? Caso isto não ocorra, quais os motivos para essa exclusão?⁶⁴:

Matilde Ribeiro ** (2004) publica um artigo intitulado As abordagens étnico-raciais no Serviço Social e cita Maria Inês Barbosa, que em seu estudo sobre saúde pública, traz a seguinte reflexão:

A história do Serviço social no Brasil tem demonstrado uma abordagem conservadora das relações raciais, refletida nas formulações teóricas que, até recentemente, desconsideravam o racismo enquanto elemento estruturante desse processo. Cabe pontuar que mesmo no processo de reconceituação do Serviço Social, onde se destaca a abordagem dialética, as relações raciais são invisibilizadas no bojo das análises de classe.⁶⁵

⁶³ CRIOLA, *Participação e Controle Social para Equidade em Saúde da População Negra, 2007?*. Disponível no site <http://www.criola.org.br/publicacoes.htm> acesso, 2010.

* **Gravidez na Adolescência, Inocência e Desamparo**

⁶⁴ SILVA FILHO, José Barbosa da **O negro e o curso de Serviço Social da UFF** Revista África e Africanidades - Ano I - n. 2 – Agosto. 2008 - ISSN 1983-2354 disponível no site www.africaeaficanidades.com

⁶⁵* *Ministra chefe da Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e doutoranda do programa de Serviço Social da PUC.

3 MULHERES NEGRAS USÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MATINHOS/PARANÁ: COTEJANDO DADOS, LITERATURA E FALAS

A abolição é inacabada, mas a luta é contínua.
Matilde Ribeiro 2009.⁶⁶

Lembramos que nosso objetivo é refletir e discutir sobre as mulheres negras no município de Matinhos, para fomentar e subsidiar discussões sobre a temática da discriminação e do racismo e para verificar nossa hipótese, de que as mulheres negras de Matinhos têm a sua diferença gênero/cor transformadas em desigualdades, sendo vulneráveis e invisíveis social e politicamente.

Assim, neste capítulo, cotejamos a literatura selecionada com os dados encontrados no PBF de Matinhos e as vozes de três mulheres por nós entrevistadas.

Podemos verificar no quadro 1 o perfil de nossas entrevistadas, Margarida, Rosa e Hortência (pseudônimos):

QUADRO 1 - PERFIL DAS MULHERES NEGRAS ENTREVISTADAS

	Margarida	Rosa	Hortência
Bairro/cidade	Mangue seco	Bom retiro	Bom retiro
Idade	42	54	36
n. filhos	3	NÃO CONSTA	3
Pessoas que moram na casa	3	NÃO CONSTA	5
Grau instrução	4º série incompleta	Analfabeta	4º série completa
Renda per capita	R\$ 66,67	R\$ 66,43	R\$ 60,00
Profissão	Doméstica, cozinheira	Não trabalha fora	Doméstica diarista
Usuárias de quais políticas publicas	Bolsa família	Bolsa família	Bolsa família
CONJUGALIDADE	Relação não estável	Viúva	Com companheiro Relação estável

FONTE: CADÚNICO DE MATINHOS PR- DE 2002-2009

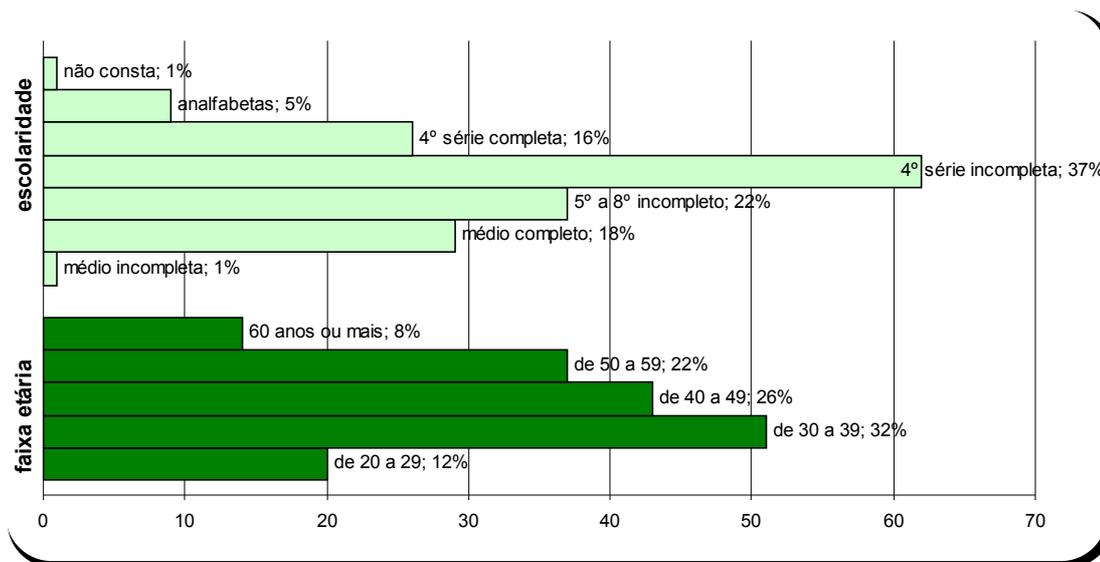
RIBEIRO, Matilde **As abordagens étnico-raciais no Serviço Social** In Revista Serviço Social e Sociedade n. 79 anos XXV. – São Paulo ed. Cortez, novembro de 2004, p.148-161

⁶⁶ RIBEIRO, Matilde **Existirmos, A Que Será Que Se Destina?!** In: Tornquist, Carmem Susana [et al.] Leituras de Resistência: corpo, violência e poder. Florianópolis: ed. Mulheres, 2009. p. 389:416

3.1 MULHERES NEGRAS DO PBF DE MATINHOS E ESCOLARIDADE

Comparando a faixa etária e a escolaridade na figura 2, observamos que a maioria das pesquisadas estão na faixa etária de 30 a 39 anos, que somam 32%; dessas 33%, não chegaram a cursar a quarta série.

FIGURA 2- FAIXA ETÁRIA E ESCOLARIDADE



FONTE: CADÚNICO DE MATINHOS PR DE 2002 - 2009

As que têm 60 anos ou mais totalizam 8% sendo que deste grupo, as que não são analfabetas não concluíram a 4ª série, e as que estão na faixa etária de 50 a 59 anos, totalizaram 22%. Percebemos um avanço na escolaridade das mulheres na faixa etária dos 20 a 29 anos, Dessas, 66% estudaram além da 4ª série, porém, 34% são analfabetas. Esses dados, no entanto não ficam claros no CadÚnico porque este utiliza várias nomenclaturas, confusas. Isso prejudica a análise. Por exemplo, não aparece nenhum registro das mulheres que completaram a 8ª série.

Observamos na figura 2 que a maioria não concluiu a quarta série do primário e assim, nos referendamos na publicação do PCRI (Programa de Combate ao Racismo Institucional) para pensar a Instituição escolar e o grau de escolaridade de mulheres negras.

O ambiente escolar também é hostil, não favorece a inclusão com brincadeiras, apelidos, que levam a desistência escolar. Crianças negras, pelas suas condições de vida, podem chegar à escola com material incompleto, mal vestido, pouco asseado, causando uma situação desfavorável para a aprendizagem⁶⁷. Esses fatos ocorrem com muita frequência;

⁶⁷ GARCIA, Renísia Cristina; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; ROCHA; Luiz Carlos Paixão da; HENRIQUES, Ricardo; entre outros.

muitas vezes professoras e professores reforçam de alguma forma a discriminação dessas alunas e alunos.

Rosa, uma das entrevistadas, respondendo a pergunta se ela percebia racismo, respondeu; “eu não sofri, mas minha filha foi chamada de macaca” na escola.

Perguntamos se não caberia discutir e refletir sobre o que sentiu essa criança ao ser chamada de macaca pela professora? E essa mulher, mãe, referiu que se sentiu indignada com a situação, porém, não teve coragem de ir até a escola para reclamar com a professora ou a direção:

“eu pensei em ir lá, mas depois disse dexa pra lá...”

Pertinente a questão de perceber o preconceito, podemos chamar Norbert Elias (2000)⁶⁸, quando refere como os grupos que se consideram superiores conseguem impor a outros:

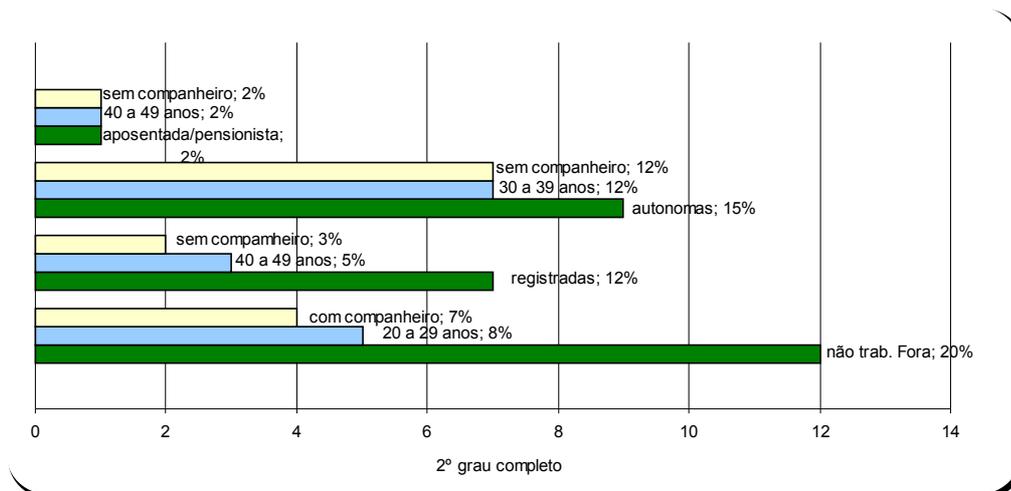
a crença de sua inferioridade, não só em termos de poder, mas também como se essa inferioridade, fosse dada pela natureza. Essa internalização da crença depreciativa como parte da consciência e da imagem que se tem de si, reforça a dominação do grupo que pensa “ser superior” (2002, p. 175, grifo nosso).

Mulheres pobres, e negras, tem sua situação agravada no que tange a luta pelos seus direitos elementares. É preciso rever os discursos em sala de aula para que as negras e negros sejam contemplados de forma positiva e não excluídos das escolas.

Na figura 3 buscamos relacionar a ocupação no mercado de trabalho, a faixa etária e a conjugalidade, apenas daquelas com ensino médio completo.

FIGURA 3 - MULHERES COM ENSINO MÉDIO COMPLETO NO MERCADO DE TRABALHO, FAIXA ETÁRIA E CONJUGALIDADE

⁶⁸ ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. RJ: Jorge Zahar, 2000.



FONTE: CADÚNICO DE MATINHOS PR DE 2002 - 2009

De acordo com Silvia Cristina Yannoulas (2002, p. 21), as mulheres economicamente ativas ultrapassam os homens economicamente ativos em anos de escolaridade (7 anos de escolaridade, em média, entre as mulheres e 6, em média, entre os homens), porém, elas recebem, em média, salários menores. Isto significa que os avanços das mulheres com relação à escolaridade não têm sido suficientes para modificar, de forma substancial, a desigualdade socioeconômica. A distância salarial explica-se pela discriminação de gênero e não por características produtivas, já que as mulheres, tendo maiores níveis educacionais, poderiam ter maior rendimento ou produtividade. Sugere que houve um deslocamento, na discriminação, do número de anos de escolaridade para o tipo de escolaridade. Em um quadro geral vemos qual é o retrato de mulheres negras no mercado de trabalho.⁶⁹

3.2 MULHERES NEGRAS DO PBF NO MERCADO DE TRABALHO

Segundo Paola Cappellin (2009) ao longo do séc. XX o trabalho se torna o centro das interações entre as pessoas e as instituições. Pelas relações contratuais é introduzida a construção da cidadania social. O trabalho se transforma, porque além de ser prática de sociabilidade, é regulado pelo estabelecimento de normas –direitos e deveres –construídas coletivamente. Paola Cappellin (2009, P. 311) cita Pietro Barcellona (1988) que denomina os direitos sociais de “direitos imperfeitos” já que a sua realização depende de escolhas políticas e das intervenções aportadas pelas políticas econômicas. Ou seja, direitos que “dependem das

⁶⁹ YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê: Políticas Públicas E Relações De Gênero No Mercado De Trabalho**. – Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002. 93 p.. Disponível no site <http://www.cfemea.org.br/publicacoes/publicacoes.asp> acessado 21/12/2009

relações de força na distribuição dos recursos, na medida em que envolvem um deslocamento da riqueza de alguns para outros, de grupos privilegiados para os excluídos ou marginalizados” (p. 311).⁷⁰

Em 2008 a constituição brasileira completou 20 anos e a regulamentação do trabalho foi alcançada pela força dos acordos estabelecidos na sociedade e não é novidade falar que estar no mercado de trabalho seja sinal de satisfação. Devemos averiguar, no entanto, se o estar numa ocupação significa usufruir de direitos trabalhistas previstos na lei, principalmente numa sociedade cada vez mais competitiva e exigente que mercantiliza sempre mais as relações sociais como a nossa.

Nesse sentido a variedade das praticas de trabalho se associam formas e condições de contratos, que definem não só os tempos de execução, mas as condições de tratamento e distribuem prerrogativas de responsabilidade.

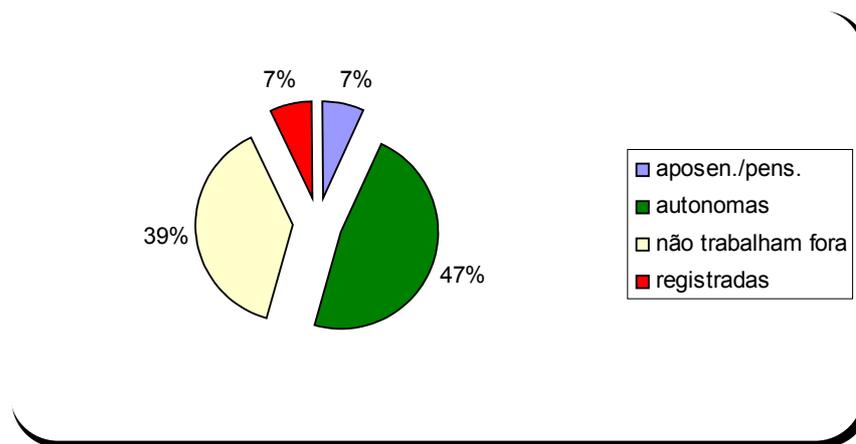
Não são simples opções que os indivíduos fazem isoladamente; o trabalho determina lugares específicos na sociedade, exige saberes e proporciona reconhecimento das pessoas ou não. Conforme Paola Cappellin (2009);

Estar empregada, ser trabalhadora autônoma na rua, prestar serviços às empresas publicas ou privadas, ser microempresária, ser dona de casa, ou ser desempregada, são todas as condições que manifestam não só graus distintos de exercitar funções, formas de expressar a individualidade e a autonomia pessoal; mas são também posições distintas dado que se refere a existência ou a ausência de proteções para viver o presente e par planejar o próprio futuro, pessoal, familiar e social. (p. 312:313)

Nesse contexto, vejamos a figura 4:

FIGURA 4 - MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO PERFIL GERAL

⁷⁰ CAPPELLIN, Paola. **Promover A Integração Das Mulheres No Século XXI**. In Leituras de Resistência: corpo, violência e poder VOL.II Florianópolis: ed. Mulheres, 2009 p. 311:323



FORNTE: CADÚNICO DE MATINHOS PR DE 2002–2009

Há uma naturalização do papel feminino. Conforme MELO, Hildete Pereira de, (2009, p. 172) atualmente, a discriminação da mulher é menos intensa, porém desconhecê-la reforça o conceito de invisibilidade que caracteriza o trabalho doméstico e a inferioridade do papel da mulher na sociedade. Apesar de não serem contabilizados, ou seja, valorados, contados, valorizados, os afazeres domésticos existem e contribuem, de fato para aumentar a disponibilidade de serviços da família e, vale dizer, o bem estar familiar.⁷¹

Segundo a pesquisadora Helena Hirata (2003, p. 19), houve um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto no setor formal quanto nas atividades informal. Entretanto essa participação traduz-se, sobretudo pela criação de empregos precários e vulneráveis.⁷²

Segundo o Dieese (ano), estão em situação vulnerável de trabalho, os assalariados sem carteira assinada, os autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não-remunerados e os empregados domésticos.

Os maiores percentuais de vulnerabilidade da mulher negra no universo dos trabalhadores ocupados se explicam, sobretudo, pela intensidade de sua presença no emprego doméstico. Esta atividade, tipicamente feminina, é desvalorizada aos olhos de grande parte da sociedade, se caracterizando pelos baixos salários e elevadas jornadas, além de altos índices de contratação à margem da legalidade e ausência de contribuição à previdência.⁷³

Assim, é importante analisar o que é exigido dessas mulheres nos postos de trabalho, sob quais condições são realizados os trabalhos o desgaste moral, psicológico, físico e quais

⁷¹ MELO, Hildete Pereira de. **Invisibilidade Do Trabalho Feminino: Uma Violência Disfarçada:** notas preliminares In Leituras de Resistência: corpo, violência e poder VOL.II Florianópolis: ed. Mulheres, 2009 p. 165-184

⁷² HIRATA, Helena **Por Quem Os Sinos Dobram? Globalização E Divisão Sexual Do Trabalho.** In Trabalho e Cidadania Ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. Marli Emílio Org. et al. - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. 2003 p. 15h30min m

⁷³ Disponível no site <http://www.dieese.org.br/areaAssinante/esp/estudos.xml> acessado 02/03/2010

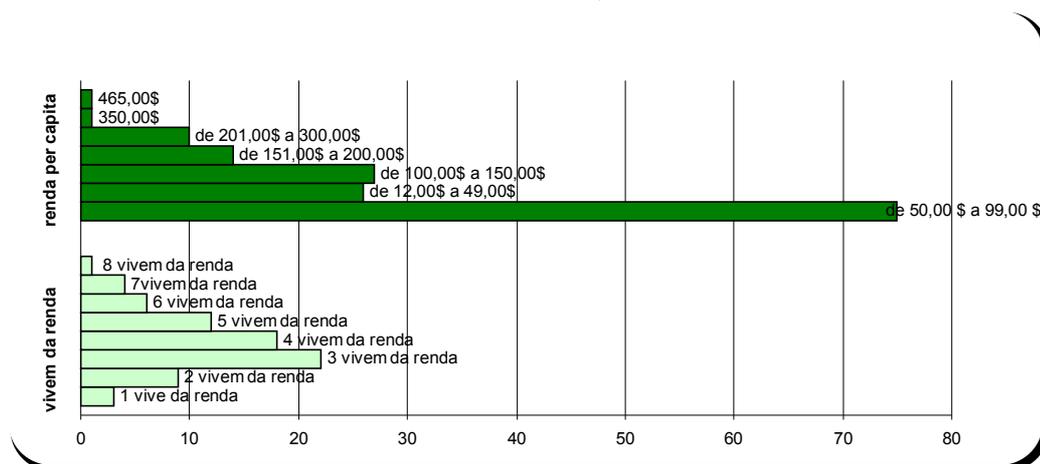
são as garantias sociais estabelecidas para prosseguir trabalhando, no sentido de estabilidade, de continuidade e de previsibilidade.

3.3 MULHERES NEGRAS GANHAM POUCO E DIVIDEM COM MUITOS

Barroso e Bruschini (1981) citados por Maria Amália Faller Vitale (2002, p. 47-48) diz que é preciso não esquecer que as mulheres chefes-de-famílias costumam ser também ‘mães-de-família’, acumulando dupla, tripla responsabilidade, ao assumir os cuidados da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes.⁷⁴

A figura 5 não indica o grau de parentesco entre as pessoas da família, mas sim, as que vivem da renda das mulheres inscritas no PBF de Matinhos e a renda per capita da maioria.

FIGURA 5: RENDA PER CAPITA; VIVEM DA RENDA



FONTE: CADÚNICO DE MATINHOS PR DE 2002–2009

Podemos observar a disparidade em que vive a maioria, com renda inferior a R\$100,00\$ reais; essa renda não é suficiente para uma única pessoa viver com dignidade, mas é o que sustenta a pessoa com três filhos ou mais. Liliana R.P Segnini (2003) cita que mulheres de níveis de renda mais elevados abrem mão do trabalho fora de casa, para cuidar da família. Geralmente mulheres pertencentes a famílias com renda mais elevadas tendem a contratar empregadas domésticas e matriculam seus filhos em escolas particulares (p. 34).⁷⁵

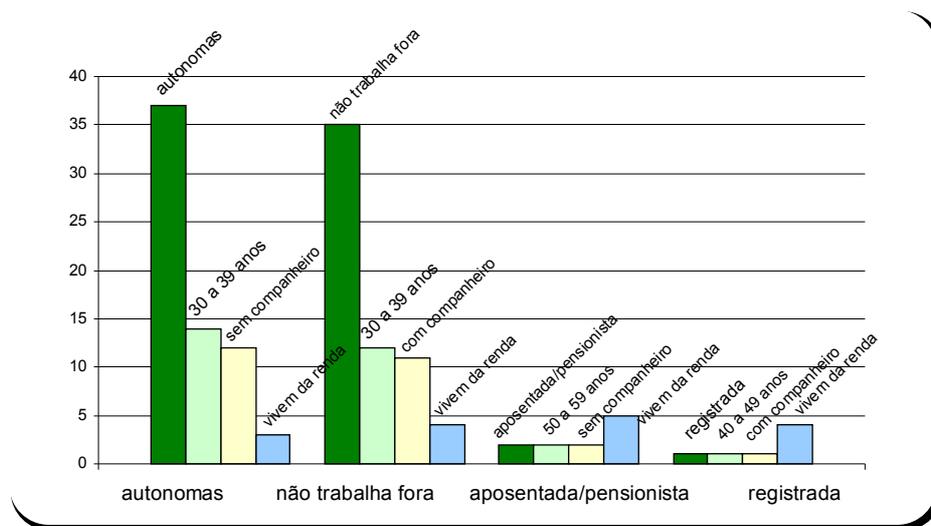
⁷⁴ VITALE, Maria Amália Faller **Famílias monoparentais: indagações** In Revista Serviço Social e Sociedade ano XIII – n. 71 – SP ed. Cortez setembro 2002 pag. 45 a 79

⁷⁵

SEGNINI, Liliana R.P. **Mulheres Mães Desempregadas: contradições de uma condição social** In Trabalho e Cidadania Ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. Marli Emílio Org. et al. - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. 2003 p. 31: 54

Ao contrário das mulheres pobres que não tem as mesmas condições econômicas, como demonstra a figura 5. Essas são na sua maioria mulheres com renda per capita entre R\$50,00 e R\$99,00. Pertencentes a famílias com rendas baixas, mulheres pobres a buscam estratégias para criar seus filhos nos vários arranjos familiares e de vizinhança, e um número menor, nas creches publicas em função do número restrito de vagas.

FIGURA 6: MULHERES NEGRAS COM RENDA PER CAPITA ENTRE R\$50,00\$ E R\$99,00\$ NO MERCADO DE TRABALHO; FAIXA ETÁRIA; CONJUGALIDADE E VIVEM DA RENDA.



FONTE: CADÚNICO DE MATINHOS PR DE 2002–2009

Na figura 6, as mulheres negras com renda per capita entre R\$50,00 e R\$99,00, somam 49% das autônomas, estão, na faixa etária de 30 a 39 anos, sem companheiro e necessitando dividir essa pouca renda com outros dependentes. As mulheres que não trabalham fora somam 47%. As que são aposentadas/pensionistas somam 3% e com registro 1%; nessas o número de dependentes é elevado. Isso poderia caracterizar que mulheres mais velhas muitas vezes já avós são responsáveis também pelo sustento de outras pessoas.

Nas entrevistas com mulheres negras que realizamos para este trabalho, perguntamos se a entrevistada percebia alguma forma de racismo no dia a dia do seu trabalho; Margarida assim respondeu a essa pergunta:

“se é que existe eu nunca percebi (...) os meus patrões sempre me trataram bem”.

Consideramos digno de nota o fato de Margarida estar vivendo com uma renda per capita de R\$ 66,67 e ter cursado muito pouco a escola regular.

Nesse sentido Osmundo Pinho (2009) fala da suposta benignidade do “racismo a brasileira”, que vê o negro, subordinado e submisso, como se fosse “quase” um membro da

família. Ronaldo Salles Junior (2006, p. 230:1) citado por Osmundo Pinho chama isso de “complexo da tia Anastácia”:

A articulação de cordialidade, clientelismo e patrimonialismo configura o que denominamos de “complexo de Tia Anastácia”, no qual a pessoa negra aparece “como se fosse da família” ou como sendo “quase da família”. A proximidade social quase nunca transpõe o limite do “como se” ou do “quase”. No “complexo de Tia Anastácia”, mesmo as contigüidades são distâncias. (SALES Jr., 2006, p. 230:1).⁷⁶

Hortência, outra entrevistada, respondendo a mesma questão, diz:

“a nossa cor é ruim mesmo para conseguir emprego, e quando consegue querem pagar muito pouco”.

Afirmamos que ruim é o racismo, o preconceito e a discriminação que construiu no ideário das pessoas atributos negativo para as negras, e que tem como consequência, a exclusão de empregos com salários dignos e aos bens socialmente produzidos. Maria Nazareth Soares Fonseca (2009) diz

Imagens negativas, por vezes reproduzidas pelos próprios negros de forma inconsciente ou não, explicitam a circulação dos estereótipos, num ciclo perverso que liga a cor negra a exclusão [...] A internalização dos mecanismos de rejeição ao próprio corpo é, certamente a forma mais perversa de submissão (p. 294).⁷⁷

Rosa, que referiu nunca ter sofrido discriminação, cita que ao chegar à cidade não conseguiu emprego, pois a seu ver

“as pessoas não gostam muito de gente gorda”.

Na seqüência, diz ter problemas de saúde e ao ser perguntada se tinha acompanhamento médico respondeu que:

”a gente procura fazê acompanhamento com médico, mais liga lá nunca tem nada, eles não tão nem aí pra gente”.

Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) citados por Matilde Ribeiro (2009) referiu que:

⁷⁶ PINHO, Osmundo **O Enigma da Desigualdade** TORNQUIST, Carmem Susana... [et AL].-Leituras de Resistência: corpo, violência e poder Florianópolis: v. I ed. Mulheres, 2009 p.367-388

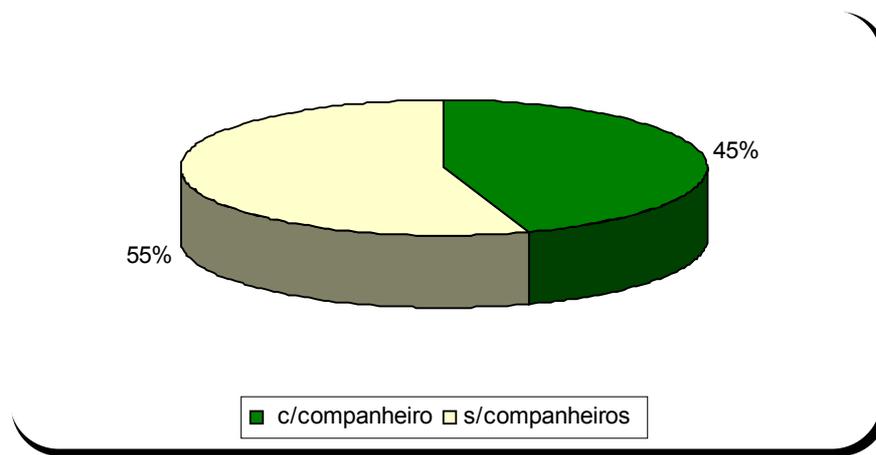
⁷⁷ FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Embates na cena literária: a arte de resistir á exclusão** In TORNQUIST, Carmem Susana... [et AL].-Leituras de Resistência: corpo, violência e poder Florianópolis: v. I ed. Mulheres, 2009 p. 293-314

Os espaços destinados á população negra são os de sub-cidadania. Dessa maneira passa a existir uma ordem incontentável: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra. Isso é perceptível nos índices no mundo do trabalho, no interior das instituições públicas e privadas, no cotidiano das relações formais e informais, salvo raras exceções.⁷⁸

3.4 MULHERES NEGRAS E CONJUGALIDADE

Das mulheres negras do PBF de Matinhos, encontramos que 55% vivem em não conjugalidade, ou seja, sem companheiro, e as que vivem em conjugalidade totalizaram 45%. Na figura 7 trouxemos essa divisão porque no Programa do Bolsa Família uma das exigências para receber o benefício é que beneficiaria seja mulher. Queremos desmistificar a idéia de que estar inserida no PBF e não conseguir sair da situação de pobreza seja culpa dessa mulher.

FIGURA 7-CONJUGALIDADE DE MULHERES NEGRAS DO PBF

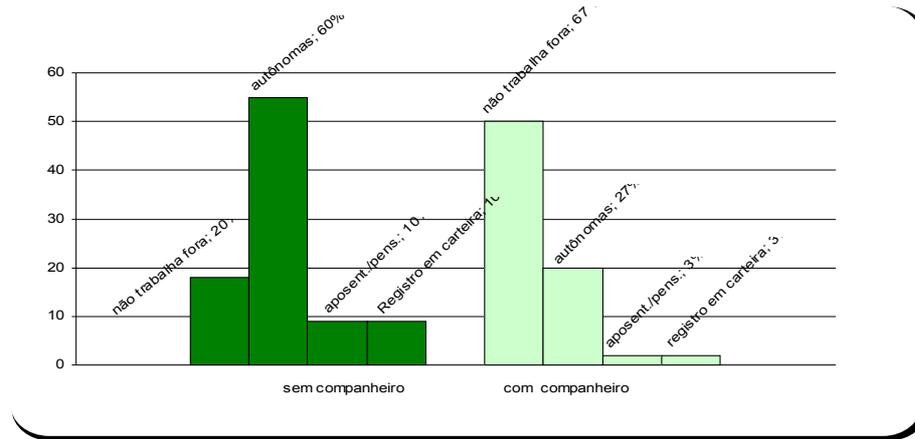


FONTE: CADÚNICO DE MATINHOS PR DE 2002-2009

Observamos a figura 8 que, das mulheres que não estão em conjugalidade, 60 % trabalham como autônomas em trabalhos precários. Também são precários os empregos com carteira de trabalho, formais, de 10% da amostra. Cumpre lembrar que mesmo as que não estão em conjugalidade sustentam outras pessoas com seu trabalho, seja pai, mãe, filha, filho, netos, ou pessoas que vivem de forma familiar.

FIGURA 8 – CONJUGALIDADE E SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

⁷⁸ RIBEIRO, Matilde **Existirmos, A Que Será Que Se Destina?!** Leituras de Resistência: corpo, violência e poder Florianópolis: v. I ed. Mulheres, 2009 p.389-416



FONTE: CADÚNICO DE MATINHOS PR DE 2002–2009

Historicamente, a sociedade se estruturou de forma generizada, onde há diferentes papéis para os gêneros. Coube às mulheres o espaço privado, o mundo da casa. Ser mãe foi e ainda é o principal papel, designado pela sociedade heteronormativa e sexista. Um ideal de feminilidade foi construído pelos discursos da Igreja, da Medicina, do Direito.

Discursos sobre a masculinidade ideal, também foram construídos e ao homem coube o papel de provedor do sustento da casa e de senhores do espaço público. A questão de gênero, dicotômica, que separa o espaço privado do público, é assimétrica com valor negativo para as mulheres (FREITAS, Rita de Cássia Santos, 2002).⁷⁹

Em Matinhos, a figura 8 acima parece indicar a manutenção dos papéis de gênero tradicionais, em que os homens são considerados os provedores das famílias, pois das mulheres com companheiros, 67% não trabalham fora. Nesse contexto, porém, destacamos que o trabalho referido no gráfico é o formal, fora de casa, não o do lar, desconsiderado como trabalho. O trabalho doméstico dessas mulheres “do lar” não são contabilizados ou calculados, como sendo trabalho real. Cozinhar, lavar, passar, cuidar dos velhos e crianças, dos doentes, comprar, capinar, enfim, passar o dia em atividades, parir, amamentar, gestar são atos considerados dever da mulher, portanto não trabalho. A hierarquia entre homens e mulheres é naturalizada, e os papéis da mulher são estabelecidos como mãe, esposa, filha, neta, cuidadora natural.

3.5 PBF e ASCENSÃO SOCIAL DAS MULHERES NEGRAS

⁷⁹ FREITAS, Rita de Cássia Santos **Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade**: algumas reflexões a partir do caso acari Revista Serviço Social e Sociedade ano XIII – n. 71 – SP ed. Cortez, setembro 2002. Pag. 81 a 101

Como dissemos anteriormente uma das exigências do PBF é que seja a mulher titular no CadÚnico, mas muitas vezes a sociedade as culpa por receberem o benefício e não saírem da sua condição de pobreza. Então passaremos a explicitar por que o PBF não proporciona uma ascensão significativa, sendo, entretanto, uma forma de distribuição de renda; apesar de suas lacunas ele é importante para garantir o “mínimo” àquelas que nada tem.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli (2009) argumenta sobre até que ponto o PBF atua realmente na superação da pobreza? A primeira crítica que a autora faz é o fato do PBF ser temporário, passageiro, com prazo pra acabar não levando em conta a situação de vulnerabilidade das pessoas. Ressalta a falta de cobertura das despesas mínimas e moradia adequada. Na opinião da autora o mais grave são as condicionalidades do PBF; o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em setembro de 2005 preparou uma escala de sanções gradativas que se não forem cumpridas pelas famílias podem culminar na perda total do benefício, nesse sentido as famílias ficam completamente responsabilizadas pelo combate a sua pobreza, porém, existem fatores de gênero que faz com as mulheres fiquem em desvantagem e que são agravadas pela questão racial, ou seja, a pobreza brasileira tem um rosto “feminino e negro” (p. 272).⁸⁰

Assim, concordamos com a autora acima citada, que os programas de transferência de renda podem aliviar, mas não abolir a pobreza, que é elemento funcional ao sistema capitalista. Outrossim, concordamos também que o programa não alcança os mais pobres que estão em áreas rurais, onde não tem escola ou postos de saúde nas redondezas. Uma das condicionalidades do PBF é a frequência escolar das crianças, mas esta será maior se a escola tiver uma prática que inclua e não ao contrário como já citamos anteriormente. As escolas não ensinam nem aqueles alunos que permanecem nelas até os 15 anos, como o Bolsa Família exige.

Nesse contexto o conceito de saúde no PBF esta restrito ao grupo materno-infantil (imunização, controle do crescimento e desenvolvimento e acompanhamento pré-natal). Algo que para Rosana de C. Martinelli Freitas (2009), isto representa um retrocesso uma vez que são introduzidos compromissos de integralidade da saúde algo de responsabilidade coletiva e não individual (p. 284-285).

Outra observação é a falta de referência aos direitos presentes no Bolsa Família, e além da focalização, existe um limite de famílias para cada município, quando a cota é alcançada

⁸⁰

FREITAS, Rosana de C. Martinelli Programas de Combate á Pobreza: O Condicionamento Ao “Poder” In Leituras de Resistência: corpo, violência e poder VOL.II Florianópolis: ed. Mulheres, 2009 p. 269:297

não há inserção de novas famílias, mesmo que estejam em situação de extrema pobreza, embora seja considerado o “direito à inclusão”.

O PBF apresenta como prioridade o fortalecimento da mulher na família e na comunidade, por esta razão são elas as titulares no programa. A partir do momento que são inseridas no programa as mulheres ficam responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades. A crítica é que se subentende que elas, por necessidade, aceitaram se inserir e acatar o que os formuladores dessa política decidiram. Isso responsabiliza os usuários do programa para a superação da pobreza. A atuação fica muito restrita à sobrevivência dessas mulheres e seus filhos e não apresenta um real empoderamento dessas mulheres. Considera-se ausente a concepção de empoderamento, quando essas não participam dos espaços de decisões coletivas dos direitos sociais, conforme refere Rosana de C. Martinelli Freitas (2009)

Entende-se que o empoderamento estaria ocorrendo se de fato estivesse presente a aquisição da emancipação individual, quando a consciência coletiva necessária para a superação da “dependência social e dominação política” (p. 288).⁸¹

O PBF se propõe a dar apoio imediato à renda das famílias em situação de extrema pobreza e “ajudá-las” nas áreas da educação, saúde nutrição e renda; contudo não correspondem as necessidades mínimas, ficando grande contingente de pessoas abaixo da linha da pobreza. Os empregos que conseguem pagam muito pouco e não oferecem a mínima garantia trabalhista. As usuárias do programa não podem sair do PBF ficando presas nesse círculo vicioso.

As políticas públicas em geral foram conquistas dos movimentos sociais, não podemos negar de forma alguma que é um avanço, mas conforme a sociedade vai mudando precisamos melhorar o atendimento das populações em situação de vulnerabilidade na sociedade. Políticas Públicas focalizadas na extrema pobreza não dão suporte para ascensão social dos usuários, por que quando esses usuários saem do recorte de extrema pobreza deixam de ser atendidos, porém ainda não estão fortalecidos o suficiente para se manterem sozinhos. Por outro lado é necessário levar em conta as especificidades dos segmentos sociais entre esses, o de mulheres negras.

Mas ter o cuidado de não pensar em termos de vitimização em relação a essas mulheres, pois muito pelo contrário, são mulheres que lutam bravamente no seu dia a dia com as armas que tem. Os formuladores de políticas públicas, representantes do Estado democrático devem visibilizar esse segmento da sociedade e potencializar as formas que elas

⁸¹ FREITAS, Rosana de C. Martinelli **Programas de Combate à Pobreza** op. Cit.

têm de enfrentamento da pobreza, miséria e exclusão. Mas não como ajuda, porém, como direito de cidadãs. Assim, urge pensar políticas publicas específicas para as mulheres negras, para que elas possam usufruir de seus direitos de cidadania, na qualidade de vida na dignidade de ser humano saindo do circulo de miséria e exclusão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O desinteresse pelas coisas que dizem respeito ao negro é o que chamamos invisibilidade.” Hélio Santos⁸²

Nesse trabalho, perguntamos o que é ser negra, mulher e pobre, em nosso município, Matinhos/Paraná, hoje? Até que ponto a mulher negra e pobre é visível? Sua (in) visibilidade não naturalizaria questões racistas? Confrontando os dados da literatura consultada com as entrevistas e os dados do CadÚnico, esse perfil revela pessoas com trabalhos precários, com filhas e filhos para sustentar e geralmente culpabilizadas pela sociedade pela sua condição.

Acreditamos ter argumentado no sentido de comprovar a nossa hipótese de que: **as mulheres negras e pobres de Matinhos são invisíveis social e politicamente**, portanto, necessitam de políticas publicas e sociais específicas que atendam suas necessidades específicas.

⁸² SANTOS, Hélio disponível no site http://www.criola.org.br/dados_gerais.htm acesso 02.03.2010

Pensamos ter alcançado nosso objetivo, de visibilizar o tema das mulheres negras. Esperamos fomentar a discussão para que se reconheça que na espécie humana, raça não existe, mas racismo sim. As pessoas se comportam de modo a discriminar e não aceitar diferenças, em especial as de cor. Vivemos na era dos direitos humanos, onde as diferenças são saudadas, mas não as desigualdades, contra as quais devemos lutar. A discriminação tem como consequência a precarização das condições de vida.

O Serviço Social, profissão que têm como objeto a questão social em suas várias expressões, para que tenha uma atuação condizente com a realidade brasileira, deve aprofundar as abordagens sobre gênero/raça/cor, especialmente discutir a vulnerabilidade e a (in) visibilidade das mulheres negras, sua falta de acesso aos bens socialmente produzidos devido a longa história do preconceito racial. Cumpre desmistificar o discurso de que a miscigenação superou o racismo. O discurso de que o Brasil é um país miscigenado serve para camuflar a discriminação e o preconceito e manter mulheres negras nas piores condições econômicas e sociais. Há um reforço discursivo de atributos negativos relacionados às negras, que resulta em não identidade com suas etnias e/ou a negritude. Poucos querem falar sobre racismo nas escolas e nas instituições públicas que atendem os usuários de políticas públicas, esse tema acaba sendo tabu.

Assim, constitui um grande desafio a reflexão e a discussão sobre a condição de ser mulher e negra hoje. Para se conhecer esta realidade, visibilizar a mulher negra, sugerimos fortemente a implantação do quesito cor nos protocolos de atendimento das instituições públicas para a alimentação dos sistemas de informação existentes, o que ainda não é feito.

Entendemos que para a elaboração de alterações significativas na qualidade de vida das mulheres negras, a questão da cor da pele tem que ser enfrentada. Esse é o desafio que fica não só para profissionais do Serviço Social, mas para todos os que defendem uma sociedade mais justa e igualitária, independente da raça/cor /etnia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter **Uma história do negro no Brasil** _Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006

AMMA PSIQUE E NEGRITUDE (SP) e Articulação Nacional de Combate ao Racismo Institucional: **Identificação E Abordagem Do Racismo Institucional**. São Paulo: Articulação para o Combate ao Racismo Institucional, 2006. 145 p.

BAIROS, Luiza. **Racismo nas instituições, 2004**. Disponível em <<http://www.unifem.org.br/sites/1000/1070/00001667.pdf>> Acesso em: 16/02/2010

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome do Governo Federal: Guia de Políticas e Programas publicado em 2008.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) disponível no site: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/> acesso 25/02/2010

BRASIL, Ministério do trabalho e do emprego, ano, 2007. disponível no site http://www.mte.gov.br/trab_domestico/default.asp acessado 21/03/2010

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Trabalho doméstico: direitos e deveres: orientações** – 3. ed. – Brasília: MTE, SIT, 2007. acesso no site http://www.mte.gov.br/fisca_trab/Cartilha.pdf

BRASIL, CadÚnico de Matinhos PR- de 2002-2009

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**; tradução Sérgio Milliet. -2. ed. -Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v.

BENTES, Nilma **Um afro-negro teorema: Impossível enfrentar o racismo sem desagradar racistas**. In Mulheres Negras: Um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil Jurema Wernech Org. Disponível no site <http://www.criola.org.br/publicacoes.htm> acessado 08/08/2009

BERNARDINO, Joaze. **Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial**. Estudos Afro-Ásiaticos, ano 24, nº 2, 2002, PP.247-273.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia: economia, política e saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991, p.20

BOBBIO, Norberto. **Elogio a Serenidade** e outros escritos morais. São Paulo: editora UNESP, 2002.

CASADDECULTURADAMULHERNEGRA, 2010 disponível no site http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br/mn_mn_t_histo01.htm acesso 12/02/2010

CARNEIRO, Sueli. **Gênero e Raça**. “In” Gênero Democracia e Sociedade /BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM Sandra G., organizadoras - São Paulo: FCC: ed. 34, 2002. Pag. 167-193

CAPPELLIN, Paola. **Promover a integração das Mulheres no Século XXI**. In Leituras de Resistência: corpo, violência e poder VOL.II Florianópolis: ed. Mulheres, 2009 p. 311:323

CITELI, Maria Tereza **As Desmedidas da Vênus Negra** Gênero e Raça na História da Ciência: Novos Estudos CEBRAP nº. 61, novembro 2001 p. 163:175

COVOLAN, Nádia **Gênero/raça: tópicos para uma reflexão da bioética**. Revista tecnologia e sociedade. Periódico Técnico-Científico do Programa de pós-graduação em Tecnologia da UTFPR. Curitiba – n. 2 – 1º sem. De 2006 pag. 187 a 194

CROCHÍK, J.L. **Preconceito, Individuo e Cultura**. São Paulo: Robe Editora, 1997

DIAS FILHO, Antonio Jonas. **As mulatas que não estão no mapa**. Cadernos Pagu, Raça e Gênero [PAGU-Núcleo de Estudos do Gênero/Unicamp], n. 6/7, 1996

DIEESE – **Trabalho Doméstico e Igualdade de Gênero e Raça: desafios para promover o Trabalho Decente no Brasil**, 2005 Disponível em: <http://www.dieese.org.br/areaAssinante/esp/estudos.xml> acesso 02/03/2010

DIEESE **As Características Do Trabalho Doméstico Remunerado Nos Mercados De Trabalho Metropolitanos**, 2010 disponível no site <http://www.dieese.org.br/ped/ssa/pedssaMulher2010.pdf> acesso 2010

DIEESE, **Escolaridade e Trabalho: desafios para a população negra nos mercados de trabalho metropolitanos, 2007**. Disponível no site http://www.dieese.org.br/areaAssinante/esp/estudos_negro.xml acesso em 2010

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

FREITAS, Rita de Cássia Santos **Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade**: algumas reflexões a partir do caso acari Revista Serviço Social e Sociedade ano XIII – n. 71 – SP ed. Cortez, setembro 2002. Pag. 81 a 101

FREITAS, Rosana de C. Martinelli **Programas de Combate à Pobreza: O Condicionamento Ao “Poder”** In Leituras de Resistência: corpo, violência e poder VOL.II Florianópolis: ed. Mulheres, 2009 p. 269:297

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Embates na cena literária: a arte de resistir à exclusão** In TORNQUIST, Carmem Susana...[et AL].-Leituras de Resistência: corpo, violência e poder Florianópolis: v. I ed. Mulheres, 2009 p. 293-314

GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005** /– Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 111p. Disponível no site <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3DA73BE7-2211-425A-8F41-3055A307F120%7D.pdf> Acesso 7/12/2009

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação**. In Educação como exercício de diversidade. – Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005.. – (Coleção educação para todos; 6).p. 179:226 Disponível no site <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000373.pdf> acesso no dia 13/03/2010

GUIMARAES, Maria e NOVAES, Silvia. **Autonomia Reduzida e Vulnerabilidade: liberdade, Decisão e Desigualdade** . Bioética, v. 7, n. 1. Brasília: CFM, 1999, p. 8

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com "raça" em sociologia**. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?> Acesso 12/12/2009

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino**: os limites das políticas universalistas na educação. – Brasília: UNESCO, 2002. 100 p. disponível no site: unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129720POR.pdf acesso 03/03/2010

HIRATA, Helena. **Por quem os sinos dobram?Globalização e divisão sexual do trabalho**. In Trabalho e Cidadania Ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. Marli Emílio Org. et al. - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. 2003 p. 15:30

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As Dimensões Ético-Políticas e Teórico- Metodológicas no Serviço Social**. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/ acesso: 02/03/2009

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php? Acesso em 19/02/2010

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. **Saúde da População Negra: Da conceituação às políticas públicas de direito** In: Werneck, Jurema (Org.) **Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil**. Disponível em <http://www.criola.org.br/publicacoes.htm>. Acesso 20/09/2009 p. 5-22

MARTINS, Alaerte, **Mortalidade Materna maior risco para Mulheres Negras no Brasil** Jornal da RedeSaúde N°. 23; março de 2001

MARTINS, Alaerte Leandro. **Mortalidade Materna de Mulheres Negras no Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(11): 2473-2479, nov., 2006

MELO, Hildete. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Santiago/Chile: CEPAL - SERIE Mujer y desarrollo, 2005.

MELO, Hildete Pereira de. **Invisibilidade do trabalho feminino: uma violência disfarçada: notas preliminares** In Leituras de Resistência: corpo, violência e poder VOL.II Florianópolis: ed. Mulheres, 2009 p. 165-184

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e Serviço Social** contribuições para o debate In Serviço social e Sociedade Ano XVIII – nº 55. SP ed. Cortez, novembro de 1997 p. 115-129

ONG CRIOLA, **Dados Por Região**. Disponível no site http://www.criola.org.br/dados_regiao.htm acesso 29/03/2010

ONG CRIOLA, **Participação e Controle Social para Equidade em Saúde da População Negra, 2007?**. Disponível no site <http://www.criola.org.br/publicacoes.htm> acesso, 2010.

PAIM, Paulo **Lei Áurea uma abolição não concluída** 2007. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/paulopaim/pages/imprensa/artigos/2007/13052007.htm>>. Acesso em 13.04.2010

PINHO, Osmundo **O Enigma da Desigualdade** In. TORNQUIST, Carmem Susana...[et AL].- Leituras de Resistência: corpo, violência e poder Florianópolis: vol.I ed. Mulheres, 2009 p.367-388

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. tempo. dossiê teoria e metodologia v. 1 n. 2 dez. uff: relume dumará ,1996

PORTO, Dora. **O dialogo da Bioética: minorias étnicas**. Revista brasileira de bioética, volume 4, número 1- 2. 2008 pag. 24 – 34

RIBEIRO, Matilde **As abordagens étnico-raciais no Serviço Social** In Revista Serviço Social e Sociedade n. 79 ano XXV. – São Paulo ed. Cortez, novembro de 2004, p.148-161

RIBEIRO, Matilde **Existirmos, A Que Será Que Se Destina?!** Leituras de Resistência: corpo, violência e poder Florianópolis: VOL. I ed. Mulheres, 2009 p.389-416

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. **Lei 10.639/03: Desafios E Perspectivas Para A Implementação Dos Conteúdos Afro-Brasileiros Nas Escolas**

SANTOS, Hélio disponível no site http://www.criola.org.br/dados_gerais.htm acessado 02.03.2010

SEGNINI, Liliana R.P. **Mulheres Mães Desempregadas: contradições de uma condição social** In Trabalho e Cidadania Ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. Marli Emílio Org. et al. - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. 2003 p. 31: 54

SILVA FILHO, José Barbosa da **O negro e o curso de Serviço Social da UFF** Revista África e Africanidades - Ano I - n. 2 – Agosto. 2008 - ISSN 1983-2354 disponível no site www.africaeaficanidades.com

SILVA, Ivone Maria Ferreira da **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sóciohistóricos.** – Cuiabá: EdUFMT, 2008. 202p

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e **"Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas": Situando-nos enquanto mulheres e negras.** Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n. 45, jul. 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. acessos em 17 set. 2009.

SOUZA, Andréia Lisboa de [et al...]. **De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiros /** _ Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2005.

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações unidas para a Mulher, 2003 CR-ROW

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações unidas para a Mulher, 2004, Disponível em <http://www.unifem.org.br/sites/1000/1070/00001667.pdf> acesso 16/02/2010

VITALE, Maria Amália Faller **Famílias monoparentais: indagações.** In Revista Serviço Social e Sociedade ano XIII – n. 71 – SP ed. Cortez, setembro 2002. pag. 45 a 79

WERNECK, Jurema **AIDS: A Vulnerabilidade Das Mulheres Negras** Jornal da RedeSaúde Nº. 23, março de 2001. Disponível no site: <http://www.redesaude.org.br/Homepage/JornaldaRede/JR23/Jornal%20da%20Rede%20n%BA%2023.pdf> acesso 2010

YANNOULAS, Silvia Cristina. Dossiê: **Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho.** Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002. Disponível no site <http://www.cfemea.org.br/publicacoes/publicacoes.asp> acessado 21/12/2009

YOUNG, Iris Marion. **Corpo vivido vs. Gênero: Reflexões sobre a estrutura social e subjetividade.** Labrys, Estudos Feministas, n.3, jan./jul. 2003.

ANEXO 1

Matinhos, 7 de dezembro de 2009

Senhora Secretária:

Vimos por meio deste solicitar o acesso da estudante Mariza Ramos da Silva aos dados do CadUnico. O motivo de tal pedido deve-se a proposta de pesquisa a ser realizada pela aluna, por ocasião da conclusão da graduação em Serviço Social, tendo por objetivo traçar o “Perfil dos Usuários da Assistência Social no Município de Matinhos”. Trata-se de um estudo permeado pelo compromisso ético por parte da estudante e de seus orientadores, ou seja, serão preservados os nomes dos componentes do cadastro e as informações colhidas serão sistematizadas em um relatório a ser entregue à Secretaria Municipal de Assistência Social, tão logo esteja findado o estudo aqui proposto.

Assim, esperando poder contar uma vez mais com a sua colaboração, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente

Prof. Dra. Nadia T. Covolan _____
OrientadoraProf. Especialista Antonio Sandro Schuartz _____
Co-OrientadorIlma. Sra.
Eunice Viganó Damora
Secretária Municipal de Assistência Social de Matinhos.
Em mãos.

Qualificação escolar

237 - Frequente escola

- 1 - Pública municipal
 2 - Pública estadual
 3 - Pública federal
 4 - Particular
 5 - Outra
 6 - Não frequenta

238 - Grau de instrução

- 1 - Analfabeto
 2 - Até 4ª série incompleta do ensino fundamental
 3 - Com 4ª série completa do ensino fundamental
 4 - De 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental
 5 - Ensino fundamental completo
 6 - Ensino médio incompleto

- 7 - Ensino médio completo
 8 - Superior incompleto
 9 - Superior completo
 10 - Especialização
 11 - Mestrado
 12 - Doutorado

239 - Série escolar

- 1 - Maternal I
 2 - Maternal II
 3 - Maternal III
 4 - Jardim I
 5 - Jardim II

6 - Jardim III

7 - CA (alfabetização)

- 8 - 1ª série do ensino fundamental
 9 - 2ª série do ensino fundamental
 10 - 3ª série do ensino fundamental

11 - 4ª série do ensino fundamental

12 - 5ª série do ensino fundamental

- 13 - 6ª série do ensino fundamental
 14 - 7ª série do ensino fundamental
 15 - 8ª série do ensino fundamental

16 - 1ª série do ensino médio

17 - 2ª série do ensino médio

18 - 3ª série do ensino médio

240 - Nome da Escola

241 - Código censo INEP

Qualificação profissional

242 - Situação no mercado de trabalho

- 1 - Empregador
 2 - Assalariado com carteira de trabalho
 3 - Assalariado sem carteira de trabalho

- 4 - Autônomo com previdência social
 5 - Autônomo sem previdência social
 6 - Aposentado/Pensionista

- 7 - Trabalhador rural
 8 - Empregador rural
 9 - Não trabalha
 10 - Outra

243 - Nome da empresa em que trabalha, se desempregado, último emprego

244 - CNPJ/CEI da empresa

245 - Data de admissão

246 - Ocupação

247 - Remuneração deste emprego

248 - Renda de aposentadoria/pensão
R\$249 - Renda de Seguro-Desemprego
R\$250 - Renda de pensão alimentícia
R\$251 - Outras rendas
R\$**Características da família**

252 - Tempo de moradia

(Ano(s)) (Mês(es))

(Ano(s)) (Mês(es))

Despesas mensais da família (preencher somente para a mãe/responsável legal da família)253 - Aluguel
R\$254 - Prestação habitacional
R\$255 - Alimentação
R\$256 - Água
R\$257 - Luz
R\$258 - Transporte
R\$259 - Medicamentos
R\$260 - Gás
R\$261 - Outras despesas
R\$

262 - Número de pessoas que vivem da renda desta família

Relação familiar

263 - Nº de ordem da mãe/responsável legal da família.

264 - Parentesco em relação a mãe/responsável legal da família, se o próprio, informar 01

265 - Se reside com o pai informar o número de ordem do pai, se não, informar 99.

Parentescos

01 - Mãe/responsável legal

06 - Avô/Avó

11 - Primo(a)

16 - Padrasto/Madrasta

02 - Esposo(a)

07 - Irmão/Irmã

12 - Sogro(a)

17 - Enteado(a)

03 - Companheiro(a)

08 - Cunhado(a)

13 - Neto(a)

18 - Bisneto(a)

04 - Filho(a)

09 - Genro/Nora

14 - Tio(a)

19 - Sem parentesco

05 - Pai

10 - Sobrinho(a)

15 - Adotivo(a)

20 - Outro

266 - Se reside com a mãe informar o número de ordem da mãe, se não, informar 99.

267 - Se criança de 0 a 6 anos, com quem fica?

- 1 - Pai/Mãe 3 - Avô/Avó 5 - Creche
 2 - Irmão/Irmã 4 - Sozinho 6 - Outro

268 - Se grávida, informar mês de gestação

269 - Amamentando

- 1 - Sim
 2 - Não

270 - Participa de algum programa do Governo Federal ou recebe algum benefício social? (assinalar com "X")

 Bolsa Criança Cidadã - PETI Agente Jovem Bolsa Escola Bolsa Alimentação Nenhum

Data de inclusão ____/____/____

Data de inclusão ____/____/____

Tipo de benefício 1 - Rural 2 - Urbano LOAS/BPC Previdência Rural PRONAF PROGER

Valor do benefício - R\$ _____

 Outro _____

Data de início de participação ____/____/____

271 - Beneficiário prioritário para o Programa Bolsa Alimentação 1 - Sim 2 - Não

Perguntas semi-estruturadas

- a) Já sofreu algum tipo de racismo no dia a dia?
- b) Onde você trabalha?
- c) Sente dificuldades no mercado de trabalho?